

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

VANESSA SCHMIDT FORTES

**O ACESSO NÃO SE ESGOTA PELO INGRESSO: como a assistência estudantil pode
se consolidar como um alicerce da política educacional?**

Porto Alegre

2014

VANESSA SCHMIDT FORTES

O ACESSO NÃO SE ESGOTA PELO INGRESSO: como a assistência estudantil pode se consolidar como um alicerce da política educacional?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alzira Maria Baptista Lewgoy

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Schmidt Fortes, Vanessa

O ACESSO NÃO SE ESGOTA PELO INGRESSO: como a assistência estudantil pode se consolidar como um alicerce da política educacional? / Vanessa Schmidt Fortes. -- 2014.

72 f.

Orientadora: Alzira Lewgoy.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Serviço Social. 2. Assistência Estudantil. 3. Educação. 4. Estágio Curricular Obrigatório. I. Lewgoy, Alzira, orient. II. Título.

VANESSA SCHMIDT FORTES

O ACESSO NÃO SE ESGOTA PELO INGRESSO: como a assistência estudantil pode se consolidar como um alicerce da política educacional?

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 16 de dezembro de 2014, atendendo as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo conceito A.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos Professores (as):

Prof^a. Dra. Alzira M. B. Lewgoy
Orientadora

Prof^a. Dra. Mailiz Garibotti Lusa
Banca Examinadora

Porto Alegre

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A minha Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso e Supervisora Acadêmica de Estágio Curricular Obrigatório, Professora Dra. Alzira Maria Baptista Lewgoy, pela orientação, dedicação, convivência, competência e carinho com o qual conduziu a realização do Estágio e do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores do curso, que compartilharam, dividiram e transmitiram seu conhecimento. Através de intensos debates, proporcionaram uma formação qualificada e com muita dedicação conduziram a primeira turma de Serviço Social desta Universidade.

A minha Supervisora de Campo, Assistente Social Martha Helena Weizenmann, pelo acolhimento, orientação, apoio e dedicação ao meu processo de formação, oferecendo exemplos diários de sua competência profissional.

À Técnica em Assuntos Educacionais, Fabiana Centeno, e às Psicólogas Juliana Prediger e Aline Disconsi por terem me acolhido no campo de estágio e contribuído para a realização do Estágio Curricular, compartilhando os seus saberes e contribuindo com o rico processo de interdisciplinaridade.

À Assistente Social Aline Viero Kowalski, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS), que contribuiu com suas pertinentes observações e profundo conhecimento acerca do tema abordado, bem como os demais membros do grupo, apontando sugestões para a monografia.

À Prof.^a Dr.^a Mailiz Garibotti Lusa por aceitar o convite para fazer parte da banca deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Às colegas de curso por dividirem comigo as inquietações, incertezas e conhecimentos que a graduação nos proporciona. Além de colegas, amigas.

À família que construí ao longo da graduação, com a qual criei laços de afeto que carregarei para a vida. Obrigada, minhas queridas amigas Barbara, Bruna, Camila, Francyele, Juliane, Lauana, Manuela, Tassiane, Thaianne e Thais. A UFRGS não será a mesma sem o “Clã e Bonde Andando”.

Às amigas Kaiana, Thaianne, Priscila, Glaucia, Monica, Ana Claudia, Cristiane e Laisa, e ao amigo Fernando (Blade) pela Amizade e carinho de vocês. E, por fim, agradeço imensamente a minha família: meu Pai, minha Mãe, meu Tio e Tia e meus irmãos, pela convivência, exemplos, conselhos, e por sempre apostarem em mim. Obrigada a todos!

AULA DE VOO

O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.
Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certeza na forma de muro,
orgulha-se de seu casulo.
Até que maduro
explode em voos
rindo do tempo que imagina saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.
Mas o voo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar a terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.
O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
E de suas certezas.
É meta de forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa
a nos mostrar que para o voo
é preciso tanto o casulo
como a asa. (MAURO IASI)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso na Graduação de Serviço Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é produto das reflexões que emergiram do processo de formação profissional, em especial o Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social, realizado no Câmpus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). O eixo central de discussão é a Assistência Estudantil enquanto possibilidade de efetivar o acesso à educação, visto que este não se resume apenas ao ingresso, mas também à manutenção da permanência de alunos nos espaços de educação. Assim, problematiza-se como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) contribui para a permanência e a conclusão dos cursos, nos quais estudantes em vulnerabilidade social e econômica estão matriculados. Para tanto, realiza-se uma análise da Política Educacional Brasileira, da especificidade da educação profissional e tecnológica, evidenciando-se o Serviço Social na assistência estudantil e como o PNAES vem se delineando desde a sua regulamentação, em 2010. Efetiva-se uma pesquisa bibliográfica para compreender como a assistência estudantil é executada e concebida pelos profissionais que atuam nessa área de intervenção e como estão produzindo conhecimento. A partir disso, reflete-se sobre o processo vivenciado no estágio, considerando a concepção de assistência estudantil que sustentou a intervenção realizada. Constata-se que a política educacional, ao se instituir como espaço de efetivação e garantia de direitos, demanda a assistência estudantil como um dos seus alicerces. Nesse sentido, requer que o processo de trabalho seja qualificado e que a concepção de direito seja apropriada pelos profissionais que atuam na assistência estudantil e pelos espaços onde estão inseridos. Conclui-se ser um desafio conduzir o processo de trabalho na assistência estudantil na contramão do projeto hegemônico instaurado e que se expressa fortemente na política educacional, contudo, é esta a direção do Projeto Ético Político Profissional, e para tanto devemos estar atentos, lutar e nos desafiar cotidianamente.

Palavras-chave: Serviço Social. Assistência Estudantil. Educação. Estágio Curricular Obrigatório.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estudantes beneficiados pelo Programa de Benefícios da Assistência Estudantil de 2011/1 a 2013/1 (por benefício concedido).....	28
Tabela 2 - Sexo do estudante beneficiário.....	34
Tabela 3 - Faixa etária do estudante beneficiário.....	35
Tabela 4 - Cidade de residência do estudante beneficiário.....	35
Tabela 5 - Tipo de curso do estudante beneficiário.....	36
Tabela 6 - Turno de estudo do beneficiário.....	37
Tabela 7 - Cor autodeclarada do estudante beneficiário.....	38
Tabela 8 - Estado civil do estudante beneficiário.....	39
Tabela 9 - Tipo de escola que o estudante beneficiário frequentou antes do IFRS.....	39
Tabela 10 - Situação de moradia do estudante beneficiário.....	40
Tabela 11 - Número de componentes do grupo familiar do estudante beneficiário.....	41
Tabela 12 - Renda per capita do grupo familiar do estudante.....	42
Tabela 13 - Exercício de atividade remunerada pelo estudante beneficiário.....	42
Tabela 14 - Quantitativo de produções sobre o tema Assistência Estudantil nas Revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis e nos anais do CBAS e ENPESS.....	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NA ATUAL CONJUNTURA: QUESTÕES PRELIMINARES PARA O DEBATE.....	12
2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTEXTUALIZAÇÃO PARA O DEBATE DE SUA CONFORMAÇÃO	17
3 O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	23
3.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CÂMPUS PORTO ALEGRE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL ..	24
3.1.1 O público-alvo da assistência estudantil: perfil do usuário do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil do Câmpus Porto Alegre	32
4 O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: REFLEXÕES E ANÁLISE	45
4.1 A CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS PRODUÇÕES DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: APREENSÃO DO TEMA PELOS PROFISSIONAIS	46
4.2 O SERVIÇO SOCIAL NO CÂMPUS PORTO ALEGRE DO IFRS	54
4.2.1 A experiência do estágio curricular obrigatório no Câmpus Porto Alegre do IFRS	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE A – Perfil do usuário do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil do Câmpus Porto Alegre (IFRS)	73

1 INTRODUÇÃO

Tendo como pressuposto que o processo de ensino-aprendizagem seja contínuo, este Trabalho de Conclusão de Curso é fruto da experiência do estágio curricular em Serviço Social, que se realiza preferencialmente ao longo de três semestres consecutivos. A inserção no campo de estágio oportuniza ao estagiário, além da elaboração e execução do Projeto de Intervenção, a participação e o acompanhamento a diversas outras atividades que compõem o trabalho do Serviço Social na instituição em que se realiza o estágio. O estágio curricular em Serviço Social, como elemento fundamental no processo de conhecimento, possibilita a formação qualificada do estudante.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social é, então, a síntese do processo vivenciado no estágio, e que agora, de forma mais delimitada, é refletido. Considerando que o campo de estágio curricular insere-se na Política de Educação, sendo o espaço sócio-ocupacional o Câmpus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), as inquietações e indagações que originaram esta monografia referem-se à Assistência Estudantil, na qual o Serviço Social da instituição atua.

Nesse sentido, problematizar a Assistência Estudantil a partir da vivência e aprendizado no campo de estágio requer o aprofundamento para a mediação daquilo que se apresenta, das indagações e contradições que permeiam não só o processo de aprendizagem, mas também o próprio processo de trabalho no qual a estagiária estava inserida.

A partir deste aprofundamento surge a pergunta que orienta este trabalho e que é refletida ao longo da monografia: *Como o PNAES vem contribuindo para a permanência e a conclusão dos cursos aos estudantes em vulnerabilidade social, diante dos pressupostos da assistência estudantil, que não se esgotam na minimização das desigualdades através do repasse de recurso financeiro?*

Esta indagação se relaciona diretamente com a vivência do estágio curricular e com o Projeto de Intervenção executado, pois este se ancora no entendimento de assistência estudantil como um dos mecanismos que objetiva garantir a permanência e a conclusão dos cursos aos estudantes, entretanto, com a compreensão que se estenda para além do repasse de recursos financeiros. É essencial que as ações de assistência estudantil se voltem também ao acompanhamento dos estudantes, de suas dificuldades, demandas e potencialidades, para que assim se garanta o direito primordial que é o acesso e permanência efetivo à própria educação.

Diante do objetivo de discutir a triangulação entre Política de Educação, Assistência Estudantil e Serviço Social neste privilegiado espaço, bem como a experiência realizada no Câmpus Porto Alegre do IFRS, o presente trabalho se divide em quatro capítulos que, de forma conectada, expressam o estudo e o conhecimento sobre o tema, sendo este o capítulo introdutório.

O segundo capítulo discute a Política de Educação Nacional e sua conformação dentro do sistema capitalista vigente, tema que se faz necessário para compreender a base legal da política, bem como entender as orientações avalizadas à educação de acordo com as exigências do sistema de produção vigente. Como subcapítulo, aborda-se a Educação Profissional e Tecnológica, por ser esta a modalidade de educação do espaço onde se realizou o estágio curricular e assim refletir sobre a sua especificidade enquanto modelo de educação voltado à formação da classe trabalhadora, que é elemento central para a reprodução do capital.

No terceiro capítulo discute-se o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2007 pelo Ministério da Educação (Portaria Normativa 39) e regulamentado em 2010, pelo Decreto nº 7.234, cuja finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens da educação superior pública federal, incluindo os estudantes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Aborda-se ainda o PNAES por ser este o documento que orienta e apóia as ações no âmbito da Assistência Estudantil, embora cada instituição possa implementar ações de acordo com suas especificidades. Nessa perspectiva, discorre-se e discute-se sobre a Assistência Estudantil no Câmpus Porto Alegre do IFRS, apresentando dados do público-alvo atendido que acessa ao Programa de Benefícios da Assistência Estudantil do referido local, possibilitando, assim, identificar demandas e repensar intervenções.

Cabe ressaltar que em relação aos benefícios, o significado da palavra deve pressupor o entendimento enquanto direito e não enquanto concessão ou benesse. Os benefícios são mecanismos para possibilitar melhorias da situação social e econômica do estudante, e constituem um direito da população atendida em qualquer que seja a política referida.

Seguindo a lógica proposta no trabalho, o quarto capítulo aborda o Serviço Social na Assistência Estudantil. Por ser uma área de atuação que está se legitimando, buscou-se conhecer melhor os caminhos e o debate realizado pela categoria profissional, para fins de aprofundar o conhecimento adquirido nos estágios curriculares. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2010) e análise das produções publicadas na área, nos seguintes

eventos: a) os Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) de 2010 e 2012; b) nos Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) de 2010 e 2013; e nas seguintes revistas: a) nas edições da Revista *Temporalis*, de 2010 a 2013 (n. 19 a 26); b) nas edições da Revista *Serviço Social & Sociedade*, de 2010 a 2013 (n. 101 a 116). Esta investigação nas produções objetivou responder como a Assistência Estudantil vem sendo concebida e discutida pelos profissionais que produzem este saber. Destaca-se, também, neste capítulo, o trabalho do Serviço Social no Câmpus Porto Alegre e a experiência do estágio curricular em Serviço Social realizado no local, entendendo que esta vivência foi fundamental na construção do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Por fim, nas considerações finais são traçadas algumas reflexões e constatações acerca da experiência no processo de estágio, do aprendizado no processo de formação profissional e em particular sobre o tema abordado.

2 A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NA ATUAL CONJUNTURA: QUESTÕES PRELIMINARES PARA O DEBATE

Neste capítulo tem-se o intuito de trazer algumas questões identificadas como importantes no debate da política de educação, buscando elementos que subsidiam o debate e reflexão ao longo desta monografia. Tais questões referem-se aos aspectos legais da política, a sua garantia enquanto direito social e, principalmente, a contradição expressa nesta política, que representa a possibilidade de atendimento de demandas da classe trabalhadora, fomentando cidadania e justiça social e também, intensificadamente e massivamente, atende as requisições do sistema capitalista.

O padrão de acumulação capitalista, atualmente está sob a hegemonia do capital financeiro. A globalização estimula a exploração da classe trabalhadora em prol da rentabilidade do capital (IAMAMOTO, 2007). A concorrência do mercado globalizado requer que do trabalhador se extraia o máximo de trabalho ao menor custo possível. Na lógica social onde prevalece o capital, emergem e tornam-se necessário para a sua própria manutenção os trabalhadores polivalentes e multifuncionais, capazes de operar em tecnologias que exigem a atividade intelectual, assim como, por outro lado, aqueles trabalhadores precarizados e sem qualificação (ANTUNES, 2003). Ou seja, o sistema de produção necessita, através da educação, qualificar trabalhadores para sua própria manutenção, bem como criar consensos que o legitimem.

Adentrando no que se refere à Política de Educação Nacional, esta se orienta pela Lei Orgânica da Educação Brasileira, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996). Utiliza-se como fonte a LDB por ser a base legal da política educacional do país, embora esta lei se conforme em uma perspectiva neoliberal. A primeira versão da LDB foi criada em 1961, a segunda, dez anos depois, e a terceira e atual, em 1996. Na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) a educação é disposta como direito social, assim como a saúde, o trabalho, a moradia, entre outros. Este direito é garantido constitucionalmente e legitimado pela sua significância, o que requer por parte do poder público o atendimento as demandas oriundas da população usuária da política, ou seja, compreendendo a educação como direito de todos e dever do Estado, trata-se de uma política que atenda a toda a população.

A LDB dispõe sobre o sistema educacional em todos os níveis, desde a educação infantil até a educação superior. No artigo 1º da LDB está disposto que: “A educação abrange

os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Assim, aborda-se a educação em uma perspectiva de totalidade do sujeito e em diferentes espaços de inserção e convívio, não se tratando apenas da educação escolarizada. Esta ampla abrangência da educação desmistifica a idéia de compreender somente o âmbito escolar, mas sim que abarca as mais diversas relações humanas, e desta forma, potencialmente campo de intervenção do serviço social.

Embora a referida política traga em seus princípios e fins a educação na perspectiva de direito do cidadão e dever da família e do Estado, é necessário verificar os meios pelo qual se garante a sua operacionalização. Um destes meios, propriamente ditos, é o recurso financeiro destinado a ela, o que permite refletir sobre a importância atribuída por parte do poder público a esta política, tendo em vista que:

A política educacional é antes de tudo uma definição estratégica do lugar e do papel que a educação, como sistema, deve cumprir num determinado processo sócio-histórico. O financiamento aparece como o modo pelo qual, objetivamente, uma sociedade, através das ações do Estado, pretende fazer com que se atinjam seus objetivos e estratégias traçados (SOUSA JUNIOR, 2007, p. 188-189).

Então, compreender o financiamento elucidada sobre como se dá a política educacional, entretanto, para desvendar as articulações mais profundas do sistema educacional, é necessária uma perspectiva que relacione a economia, a política pública e a própria educação dentro da atual conjuntura social.

No que tange aos recursos financeiros públicos destinados à educação, estão previstos na LDB, no Art. 68, que serão originários de:

- I – receita de impostos próprios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- II – receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III – receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV – receita de incentivos fiscais;
- V – outros recursos previstos em lei. (BRASIL, 1996)

Além disso, a LDB especifica no Art. 69 que a União aplicará:

[...] anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as

transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. (BRASIL, 1996)

Verifica-se que legalmente está prevista a forma como ocorrerá o financiamento desta política, viabilizando, assim, a sua execução do ponto de vista econômico. Entretanto, não basta apenas a garantia legal de financiamento, visto que este recurso, mesmo quando implementado de forma eficaz, ainda é parco, não atendendo a amplitude e significância desta política.

Ainda no que se refere à LDB, cabe ressaltar que a mesma retira a responsabilidade do Estado de prover recursos para a Assistência Social no âmbito da educação, ou, mais especificamente, recursos que seriam na ordem de assistência estudantil. No Art. 71 é especificado o que não constituirá despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, e no inciso IV deste artigo se inserem “programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social” (BRASIL, 1996). Ou seja, há a garantia de recursos para a política educacional, contudo, observa-se que há a desresponsabilização do Estado em assegurar meios necessários para a permanência dos estudantes nas instituições de ensino.

Ao falar da Política de Educação em sua amplitude e significância, deve-se também pensá-la como dimensão da vida social, e, portanto, na atual conjuntura social, penetrada pelas expressões da questão social advindas do sistema capitalista, que em sua raiz carrega as desigualdades originárias do conflito entre capital e trabalho e que se expressam em múltiplas formas dentro da Política de Educação e dos espaços onde ela se efetiva (CFESS, 2012). Ao compreender que esta política também precisa ser pensada como uma das dimensões da vida social, considera-se que a categoria trabalho constitui elemento importante para entender e analisar a política educacional. A qualificação para o trabalho é abordada na LDB como uma de suas finalidades, e esta finalidade representa o que se vive no modelo de sociedade atual. Nesse sentido, busca-se em Antunes (2003) elementos para este debate, uma vez que ele questiona as teses que abordam o fim do trabalho, ou a sua desaparecimento, pois o trabalho é cada vez mais presente no mundo real, desdobrando-se nas mais diversas expressões da questão social, como: desemprego, precarização, flexibilização, desqualificação, entre outros. O trabalho é tão central que se o trabalhador for excluído do mundo do trabalho, buscará novas formas de socialização, para que não se sinta alheio à sociedade. Isso ocorre inclusive na busca por qualificação profissional, a fim de sair da inexistência que significa o não trabalhar.

Então, cabe refletir os ambíguos objetivos da educação, que pode colocar-se como meio de reprodução da sociedade atual, pautada nas tendências de acumulação capitalistas, ou colocar-se em uma perspectiva que considere a educação como direito social, destinado à garantia da própria dignidade humana, que busque a emancipação e cidadania (CFESS, 2012). Entretanto, conforme Meszáros (2008, p. 45) “[...] a educação formal não é força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de por si só fornecer uma educação emancipadora radical”. A educação, tal como está posta, pode não ser a força ideológica primária, mas é força que contribui para a continuidade das formas de reprodução da sociedade e das contradições existentes, pois dissemina valores e interesses da sociedade capitalista, uma vez que:

O significado estratégico da política educacional, do ponto de vista das requisições do capital, em sua essência não se alterou, tendo em vista que ainda cumpre funções importantes nos processos de produção de consensos em tempos de crise de capital e de necessidade de recomposição das taxas de acumulação [...] (CFESS, 2012, p. 20).

Sousa Junior (2007) ressalta que nos debates acerca da educação, a perspectiva de ruptura com a ordem social do capital vem sendo, atualmente, abandonada, substituída pela perspectiva que converge com a ideologia dominante. Sobre essa ruptura, primeiramente, cabe refletir se em algum momento realmente foi adotada, visto que o capital direciona e interfere historicamente na política educacional. A configuração desta política, sobretudo no ensino superior, demonstra o processo de mundialização do capital e segue orientações de organismos internacionais, afastando a premissa da educação enquanto um direito social e tornando-a ferramenta para fortalecimento do capital (PINTO, 2012).

Enquanto Política Pública Social, a educação cumpre papel que ora atende aos interesses da classe dominante e ora atende os interesses da classe trabalhadora, pois se mostra “[...] simultaneamente positiva e negativa e beneficiando interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalecente. [...] E é essa contradição que permite a classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor” (PEREIRA, 2009, p. 166). Ou ainda, a política social “como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e Sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 36).

Diante disso, identifica-se a política educacional inscrita também neste campo de tensões e contradições, que expressa vias de atender as demandas da classe trabalhadora, mas

também (e prioritariamente) atende as exigências do capital. “A educação, na perspectiva capitalista, é uma das formas de assegurar a sociabilidade necessária à reprodução do próprio capital. Uma educação que conforma sentidos, valores e comportamentos em uma dimensão também desumanizadora” (ALMEIDA; RODRIGUES, 2012, p. 94).

Não se pode desconsiderar o papel da educação enquanto força propulsora de cidadania, emancipação, capaz de criar formas autônomas de pensar e agir (CFESS, 2012). Entretanto, esta é uma concepção que se insere muito mais no plano do que seria a política ideal do que como se apresenta no real.

Conforme Lima (2007), as reformas neoliberais que ocorreram nas últimas décadas abarcam também as reformas da educação. Essa contrarreforma no âmbito da educação superior, principalmente, se ratifica no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), onde, entre outros marcos legais, a LDB (1996) expressa a óptica neoliberal. Segue a ela a lógica contrarreformista do Governo Luís Inácio Lula da Silva, que expandiu o acesso ao ensino superior, principalmente via PROUNI e REUNI, trazendo a concepção de democratização do ensino para as classes pauperizadas, contudo, perpetua a lógica de submissão do público ao privado e de precarização da educação em nome da expansão. (LIMA; PRADO; NOVAES, 2011). Estes mecanismos amplamente adotados no governo Lula explicitam a lógica adotada no ensino superior, pois:

O primeiro, fortalece a mercantilização da educação superior, mediante a isenção fiscal, a expansão da educação superior privada no modelo diversificado e precariza a formação dos estudantes. O segundo, introduz nas instituições federais de ensino superior a lógica do contrato de gestão, desenha um cenário de precarização do trabalho docente, uma expansão sem qualidade [...] (LIMA; PRADO; NOVAES, 2011, p.8).

Nesta lógica, também segundo Lima (2007), os organismos internacionais influem e operam a favor de um projeto burguês de sociabilidade, e instauram políticas que atuam para minimizar as desigualdades a fim de manter a reprodução do capital, pois atuam como mecanismos que aliviam as tensões. Dentre estas, a reforma educacional aparece como “uma política inclusiva dos segmentos pauperizados da população” (LIMA, 2007, p 52). Assim, o acesso à educação se reveste de possibilidade de acesso ao trabalho e renda para o trabalhador, quando na verdade é a possibilidade de manutenção do capitalismo.

Nesse mesmo sentido, Meszáros (2008, p.35) pontua que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – no propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...].

Não somente a política de educação possui sua estrutura voltada ao capital, mas a própria inserção de Assistentes Sociais nesta Política atende as requisições impostas pelos padrões de produção da sociedade capitalista, tendo em vista que:

[...] a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão, como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise. (CFESS, 2012, p. 15).

Diante da contradição que a política educacional apresenta, por um lado sob a tendência de fortalecimento do capital através da escolarização e formação da classe trabalhadora, por outro, propondo formas de assegurar a educação como direito social universal, se mostra fundamental a revisão e a reflexão sobre tal política, de acordo com sua legislação e com as concepções de educação à luz do materialismo histórico-dialético. Na LDB, em seu Capítulo III - Da Educação Profissional e Tecnológica, é especificado como deve ocorrer esta modalidade de educação. É importante abordar a educação profissional e tecnológica, pois esta é a modalidade de educação do espaço onde se efetivou o estágio curricular da autora, e assim poder fazer novas problematizações a partir do tema e das experiências no campo de estágio.

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTEXTUALIZAÇÃO PARA O DEBATE DE SUA CONFORMAÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica possui mais de cem anos, pois data de 1909 a criação do conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices, que assumem inicialmente este tipo de formação. Assim, é pertinente realizar um breve resgate histórico da formação nesta modalidade, a fim de compreender sua atual configuração, que embora tenha passado por redesenhos de acordo com as exigências econômicas, políticas e sociais, e que atualmente se enquadre no discurso de inclusão social da classe trabalhadora, ainda está posta às exigências do capital.

De acordo com o documento elaborado pelo Ministério da Educação, que discorre sobre a perspectiva histórica da educação profissional e tecnológica¹ (BRASIL, 2010), nas primeiras décadas do século XX, a formação profissional ou “formação para o trabalho” foi uma das formas utilizadas pela classe dirigente para conter a população menos favorecida, evitando a “desordem social” que os mesmos poderiam causar. No período em que a atividade industrial ganha espaço, estas escolas são utilizadas, então, como meio de qualificar trabalhadores para o capital industrial, e também como uma das estratégias para a industrialização do país, no sentido de reproduzir a força de trabalho, pois “à classe dominante destinava-se a educação intelectual, revelando-se mais uma vez a eterna dualidade no ensino” (INÁCIO, 2011, p.83).

Em 1937 foi assinada a Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, que transforma as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Em 1942, estas escolas passam a formar profissionais em nível secundário, tornando-se Escolas Industriais e Técnicas. Já em 1959 tornam-se Escolas Técnicas Federais, com autonomia no processo de ensino e de gestão, e como este período era de intensa aceleração do desenvolvimento industrial, a qualificação de técnicos para os setores da indústria era indispensável (BRASIL, 2010).

Em 1971 é estabelecida a obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau, através da alteração de todos os currículos. Esta profissionalização volta-se a atender demandas do mercado local e/ou regional. Em 1978 ocorrem mudanças quanto a três Escolas Técnicas², que se transformam em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), sendo esses os três primeiros Centros Tecnológicos Profissionalizantes do país, passando a fornecer uma formação mais elevada, pois englobava a graduação e pós-graduação. Esta alteração deu-se de acordo com a necessidade daquele período, pois o mercado demandava por profissionais da engenharia industrial e tecnólogos (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012).

Nos anos oitenta e noventa houve o avanço da tecnologia da informação, e mais uma vez a demanda profissional foi alterada. Neste mesmo período, a inflação, retração do

¹ O Ministério da Educação (MEC) é o órgão do poder público responsável pela política de educação nacional, possuindo diversas secretarias. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) é a responsável por esta modalidade de educação. A educação profissional e tecnológica é disposta no Capítulo III da LDB, e conforme o Artigo 39, inciso 2º apresenta sua abrangência através dos seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (BRASIL, 1996)

² Escolas Técnicas Federais (ETFs) de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro.

crescimento e descontrolado econômico significaram um retrocesso para a ampliação da formação de técnicos, pois o foco de investimento era o controle da inflação. (BRASIL, 2010). Entretanto, a educação profissional e tecnológica não saiu de pauta, pois, ainda nos anos 80, “os aparelhos de hegemonia vinculados ao capital reclamavam mudanças na educação, sob o argumento das mudanças tecnológicas, centrando seu foco, todavia, na concepção de educação polivalente para um trabalhador multifuncional, adaptado, subserviente ao mercado.” (FRIGOTTO, 2006, p. 40). Frigotto (2006) também ressalta que nos debates em torno da nova LDB a educação profissional e tecnológica foi fortemente abordada. A sociedade demandava a maior democratização, bem como uma educação para além do tecnicismo imposto nesta modalidade de ensino, embora as políticas de estado mantivessem-se conservadoras.

A década de 1990 foi marcada por transformações que desconsideravam os direitos sociais em prol do mercado. Década marcada, então, pelo avanço do neoliberalismo, onde “o foco de atenção e de prioridade era a educação básica, como estratégia de alívio da pobreza [...]” (FRIGOTTO, 2006, p. 46), ao mesmo passo que a educação profissional e técnica de nível médio volta-se para atender à lógica do capital, incidindo na formação massiva do cidadão produtivo.

A partir da segunda metade da década de 1990, as instituições de ensino profissional e tecnológico passam a ter como objetivo atender as demandas locais, conforme cada região em que estão inseridas, demandas de um mercado regionalizado, porém, este redirecionamento não ocorreu tão logo, e somente em 2004 ganham autonomia para criar e implementar cursos, conforme suas demandas.

Azevedo, Shiroma e Coan (2012) afirmam que o governo Itamar Franco promoveu a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, com o objetivo de instaurar uma reforma que através da educação tecnológica viesse a atender o mercado de trabalho, que se via deficitário deste profissional. A constituição do Sistema e do Conselho Nacional de Educação Tecnológica somente se viabilizou no governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso. Neste governo, a reforma da educação ocorreu “na esfera pública para atender reivindicações do segmento privado” (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p. 31).

No governo Lula, a Educação Profissional e Tecnológica adquire uma responsabilidade que leva a:

[...] advogá-la como política pública e de interesse do Estado. Esse argumento, todavia, não leva em conta que este mesmo Estado é também constituído por atores

sociais que defendem o interesse na manutenção de um tipo de ensino aligeirado e produtor de efetivos renováveis, destinado a ocupar postos de trabalhos de baixa remuneração porque, ao lado da qualificação, contraditoriamente, o modo capitalista de produção necessita produzir um exército de reserva. (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p. 31).

Assim, perdura a intenção, mesmo que sob uma nova roupagem, de uma educação que responde às exigências do mercado, embora tenha ganhado destaque em seu trato enquanto política pública e social.

É no governo Lula, em 29 de dezembro de 2008, que é publicada a Lei 11.892. Esta lei institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo por pressuposto uma educação ancorada na equidade e justiça social. O atendimento as demandas locais também é um dos focos a que estas instituições buscam atender.

A reorganização do ensino profissional e tecnológico conseguiu fazer emergir a proposta de inclusão social de setores que antes não possuíam o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade. Contudo, não superou a lógica de reprodução do capital tendo em vista que “A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora”. (CFESS, 2012, p.19).

Isso se expressa através das instituições aonde o acesso vem se expandindo, e desta forma, incluindo a classe trabalhadora, contudo, realizando um processo de ensino aligeirado, ofertando, em sua maioria, cursos técnicos que podem ser concluídos em um período entre 1 (um) e 2 (dois) anos. Se por um lado esta proposta atende aos interesses da classe trabalhadora, visto que muitos destes buscam e necessitam de uma formação rápida, devido às necessidades de inserção no mercado de trabalho – necessidade real dentro do contexto social que se vive –, de aumento da renda através da profissionalização, dentre outros, por outro lado, entende-se que este tempo não é suficiente para superar as carências educacionais das parcelas mais vulnerabilizadas, pois estas, muitas vezes, acessaram um ensino precário, em precárias condições de aprendizagem. Nesse sentido, a educação profissional ofertada à classe trabalhadora, se traduz em uma educação pobre para os pobres, com vistas a torná-los úteis e produtivos dentro do sistema capitalista.

A contextualização desta modalidade de educação permite verificar que, embora em cada momento histórico, político e social ao longo deste século brevemente resgatado tenham

ocorrido modificações no que concerne ao objetivo da formação (trabalhadores para a indústria, trabalhadores para novas tecnologias, etc.), a educação sempre exerceu a função de enquadrar trabalhadores e atender as demandas do sistema capitalista. Mesmo atualmente, onde há o discurso de inclusão social através da educação, pois se articula crescimento econômico à justiça social, no chamado desenvolvimentismo social presente na última década, a reprodução da força de trabalho ainda é o foco central desta modalidade de ensino, que por ser uma formação aligeirada e tecnicista, expressa mais veementemente seu papel enquanto aparelho de legitimação dos valores da classe dominante. Contudo, não se pode negar o processo de expansão do acesso à educação e os aspectos positivos que incidem nas classes mais vulnerabilizadas, pois a educação cada vez mais pode ser acessada por uma população que historicamente esteve afastada da possibilidade de formação.

A expansão da educação profissional e tecnológica, que se concretizou com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia “tem como suporte a concepção de educação como fator de desenvolvimento para o país e como perspectiva a garantia de empregabilidade para a classe trabalhadora através da profissionalização” (ABREU, 2013, p. 2). Também se verifica que esta expansão auxilia no processo de universalizar o direito à educação, sendo uma política de inclusão, entretanto, é necessária a reflexão sobre a forma como esta educação está atendendo as demandas das camadas populacionais mais vulnerabilizadas, entendendo que o acesso por si só não basta.

O direito à educação de forma universal e equânime não se esgota no ingresso de parcelas populacionais vulnerabilizadas nas instituições de ensino. Este direito se concretiza na medida em que oferta reais possibilidades de permanência e conclusão dos cursos a estes sujeitos, balizadas por uma concepção de educação que não se esgote no atendimento de demandas do mercado por profissionais polivalentes. Tendo em vista as barreiras enfrentadas pelo estudante, tais como desemprego, subemprego, condições de moradia precárias, agravos de saúde, entre outros, reafirma-se que a permanência e conclusão dos cursos não se garantem pelo acesso e ingresso na educação.

A partir deste entendimento de que a educação deve possuir mecanismos que realmente a garantam como um direito de acesso a todos, é que se discute Plano Nacional de Assistência Estudantil, instituído pela Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação, em dezembro de 2007, e regulamentado através do Decreto Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Destaca-se o PNAES como um instrumento possibilitador da Política de Educação de forma efetiva, embora ainda se encontre em uma fase de atendimento emergencial das

demandas aparentes dos estudantes em situação de vulnerabilidade social³. Assim, aborda-se a seguir o PNAES a fim de problematizar como ele se materializa na política educacional, e, com maior enfoque, na instituição de educação na qual se realizou o estágio curricular, para compreender como ele atende estudantes que apresentam insuficiência de recursos e oportunidades.

³ Conforme Kowalski (2007, p.23) “o termo vulnerabilidade traduz a insuficiência de recursos e de oportunidades para um dado grupo social, em favorecer níveis de bem-estar e amenizar a deterioração das condições de vida dos sujeitos”.

3 O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), conforme Decreto 7.234/2010, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens da educação superior pública Federal. Assim, discute-se o PNAES por ser este o documento que orienta e apóia as ações no âmbito da Assistência Estudantil, e embora estas ações já ocorressem desde a década de 1930, trata-se aqui da sua efetividade enquanto programa regulamentado pelo Estado, trazendo o seu delineamento nos últimos anos.

A Assistência Estudantil, tal como expressa hoje, se origina dos objetivos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o qual se estabelece, entre outros, a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil. Entretanto, o PNAES se materializou a partir da organização do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), e hoje constitui um Plano no âmbito do Ministério da Educação.

Muito embora o texto do Decreto 7.234 faça menção em muitos de seus artigos apenas ao ensino superior, o artigo 4º inclui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nas ações do PNAES:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010)

Os objetivos do PNAES são, conforme artigo 2º:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

E com base nestes objetivos, conforme Artigo 3º, parágrafo 1º, as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

O decreto também define que cabe à instituição estabelecer os critérios de acesso e metodologia de seleção dos alunos beneficiados, entretanto, orienta que devem ser atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública ou com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio, o que em 2014 equivale a R\$ 1.086,00 (um mil e oitenta e seis reais).

Abreu (2013) aponta que os governos utilizam a assistência estudantil como meio de reduzir as desigualdades sociais que se apresentam no contexto da educação e como possibilidade de inclusão no mundo do trabalho e na própria sociedade.

Seguindo a expansão do acesso às instituições de ensino, a assistência estudantil também se amplia e, “[...] a partir, sobretudo, da sua regulamentação, mobiliza as instituições, pesquisadores e profissionais da área a desvendar este processo no sentido de direcionar suas intervenções” (NASCIMENTO, 2012, p. 7). Nesta perspectiva, observa-se que nos últimos anos as pesquisas, produções teóricas e relatos de experiências acerca deste tema vêm crescendo, possibilitando uma discussão mais qualitativa sobre o que é a assistência estudantil, conforme abordado no item 4.1 deste trabalho.

É importante ressaltar que, conforme o próprio PNAES dispõe, as particularidades das instituições de ensino e do público-alvo devem ser observadas, e, portanto, os profissionais que a implementam precisam estar atentos ao que lhes é demandado pelos estudantes. Dessa forma, faz-se uma análise do Programa de Assistência Estudantil no Câmpus Porto Alegre do IFRS, evidenciando as especificidades deste campo de intervenção e do seu público-alvo.

3.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CÂMPUS PORTO ALEGRE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

No Câmpus Porto Alegre do IFRS, o Programa de Assistência Estudantil foi implementado em 2011 e é coordenado pelo Núcleo de Acompanhamento Acadêmico (NAAc). Tem por objetivo a garantia de permanência e conclusão dos cursos aos alunos do Instituto buscando a equidade, tal como previsto também no PNAES. Para tanto, o Programa de Benefícios da Assistência Estudantil propicia o acesso a benefícios que contemplam a

proposta de minimizar as desigualdades sociais, pois estas impactam diretamente na permanência, na aprendizagem e na diplomação dos estudantes.

No Câmpus Porto Alegre são oferecidos atualmente 15 cursos técnicos, que são: Administração, Biblioteconomia, Biotecnologia, Contabilidade, Informática, Instrumento Musical (Flauta doce e Violão), Meio Ambiente, Panificação e Confeitaria, Química, Redes de Computadores, Secretariado, Segurança do Trabalho, Transações Imobiliárias, Vendas e Administração, estes dois últimos na modalidade PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Em parceria com o grupo Hospitalar Conceição (GHC) existem os cursos técnicos de Registro e Informação em Saúde, Enfermagem e Saúde Bucal. Com exceção dos cursos técnicos em Administração e Vendas – PROEJA (ensino médio integrado), todos os cursos técnicos do Câmpus Porto Alegre são na modalidade subsequente.

Os cursos superiores são: Licenciatura em Ciências da Natureza: Biologia e Química, Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet e Pedagogia (para professores da rede pública – PARFOR).

O Câmpus Porto Alegre possui, conforme dados de 2012 (período de realização do estágio curricular), 2.500 alunos, dentre estes um grande número de jovens e adultos oriundos principalmente de Porto Alegre e Região Metropolitana, que buscam na instituição meios de se qualificar para melhor e mais exitosa inserção no mundo do trabalho. Destes estudantes, cerca de dez por cento são alunos que solicitam os benefícios do Programa, e que atendem aos critérios de vulnerabilidade social, também entendida como:

[...] indivíduos e famílias com perda ou fragilidade de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004)

Este número de estudantes em situação de vulnerabilidade tende a crescer, acompanhando os programas de acesso e inclusão, como o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que “regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio” (BRASIL, 2012). A portaria nº 18 do Ministério da Educação detalha a nova Lei de

Cotas, regulamentada pelo Decreto. Assim, fica estabelecido que 50% das vagas disponíveis nas Instituições Federais devem ser destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas, e destas no mínimo 50% das vagas devem ser reservadas a estudantes com renda bruta familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita; também, deve haver proporcionalidade de vagas quanto à pretos, pardos e indígenas na população onde a instituição está inserida, de acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Dessa forma, é necessário que ocorra o crescimento de ações que promovam a permanência nas instituições, já que o acesso vem sendo alargado por estas políticas. No período de realização do estágio curricular, cerca de 10% dos estudantes da instituição eram atendidos pela assistência estudantil, ou seja, configuravam-se como público alvo, contudo, a partir do decreto, estima-se que pelo menos 25% dos estudantes da instituição sejam o público alvo da assistência estudantil.

É neste sentido que a assistência estudantil é fundamental na busca de estratégias que instrumentalizem os estudantes para superar as dificuldades que se apresentam, dentre elas permanecer na instituição, concluir o curso e inserir-se no mercado de trabalho, promovendo e propiciando a autonomia e cidadania dos estudantes, já que o acesso à educação é um dos meios para tanto.

O investimento em assistência estudantil vem seguindo a mesma lógica das demais políticas de educação criadas nos últimos anos, que estão expandindo o acesso à educação. Embora a própria LDB retire a responsabilidade do Estado de prover recursos que se referem a assistência estudantil, observa-se que há um significativo aumento do orçamento destinado a ela. No Câmpus Porto Alegre do IFRS, em 2011 o recurso foi de R\$ 436.484,43, em 2012 de R\$ 683.064,63, em 2013 de R\$ 967.904,00 e em 2014 o recurso previsto é R\$ 1.440.393,00⁴. Contudo, este aumento de recurso acompanha o aumento dos estudantes em situação de vulnerabilidade que ingressam na instituição, não significando, portanto, que este recurso possibilite a execução de outras ações e investimentos a fim de qualificar a assistência estudantil.

De acordo com as áreas em que a assistência estudantil deve se desenvolver, segundo o PNAES, no Câmpus Porto Alegre do IFRS os incisos I, III, VII, VIII e IX são desenvolvidos, e os benefícios disponibilizados aos estudantes desta instituição, durante o

⁴ Informações sobre o recurso destinado à Assistência Estudantil coletadas com a Assistente Social do Câmpus Porto Alegre.

período de realização do estágio curricular, conforme os editais consultados, foram os seguintes⁵:

1) Auxílio Moradia

Auxílio financeiro destinado a custear parte dos gastos com moradia dos estudantes oriundos do interior ou de outros estados, que residam longe da família e que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Valor mensal do Auxílio: R\$ 400,00

2) Auxílio Transporte

Auxílio que visa contribuir com parte das despesas de deslocamento do estudante oriundo de famílias de baixa renda para atividades acadêmicas regulares. Valor mensal do Auxílio: equivalente a 50 passagens escolares de Porto Alegre para residentes em Porto Alegre e equivalente a 50 passagens integrais de Porto Alegre para residentes da região metropolitana.

3) Auxílio Creche

Tem por objetivo custear parte das despesas dos alunos oriundos de famílias de baixa renda no cuidado de seus dependentes em idade pré-escolar (seis anos incompletos).

Valor mensal do Auxílio: R\$ 135,00

4) Auxílio Material de Ensino

Auxílio semestral destinado a custear parte das despesas dos alunos em situação de vulnerabilidade social com material de ensino.

Valor semestral do Auxílio: R\$ 120,00

5) Auxílio PROEJA

Destinado a custear parte das despesas com alimentação e transporte dos alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Este auxílio é concedido sem análise socioeconômica, pois tem recurso e regulamentação própria, sendo que todo o aluno PROEJA deve receber este auxílio. Ou seja, é destinado somente aos alunos do Câmpus Porto Alegre que cursem o PROEJA Vendas ou PROEJA Administração, não sendo um benefício regular da Assistência Estudantil.

⁵ A partir do Edital do Programa de Benefícios do Câmpus Porto Alegre referente à 2014/1, os benefícios sofreram alterações quanto ao tipo de benefício e valor. Dessa forma, conforme verificado nos editais de 2014/1 e 2014/2, os benefícios atuais são: 1) Auxílio Alimentação mensal no valor de R\$ 220,00; 2) Auxílio Moradia mensal no valor de R\$ 450,00; 3) Auxílio aos estudantes pais mensal no valor de R\$ 135,00; 4) Auxílio Transporte mensal no valor equivalente a 50 passagens escolares de Porto Alegre e 5) Auxílio Material de ensino semestral no valor de R\$ 120,00. A Bolsa Permanência foi extinta por ter contrapartida de trabalho.

Valor mensal do Auxílio: R\$ 100,00

6) Bolsa Permanência

Auxílio financeiro e pedagógico a estudantes oriundos de famílias de baixa renda que têm como objetivo complementar o processo de aprendizagem ao permitir que os alunos desenvolvam atividades nos setores do Câmpus. Este benefício era implementado no Câmpus ao longo do Estágio Curricular, entretanto, em 2014/1, após a aprovação da Política de Assistência Estudantil no IFRS (Resolução CONSUP nº 86, de 03 de dezembro de 2013), foi vedada qualquer possibilidade de auxílio estudantil com contrapartida de trabalho.

Valor mensal da bolsa: R\$ 380,00

Para visualizar o quantitativo da disponibilização dos benefícios descritos acima, segue tabela com o número de benefícios concedidos por semestre.⁶

Tabela 1 - Número de estudantes beneficiados pelo Programa de Benefícios da Assistência Estudantil de 2011/1 a 2013/1 (por benefício concedido)

Semestre	Proeja	Bolsa Perm.	Transporte	Creche	Moradia	Mat. Ens.
2011/1	69	42	61	25	13	*
2011/2	43	51	90	19	6	82
2012/1	95	55	194	6	11	50
2012/2	**	42	95	25	6	82
2013/1	90	74	274	47	15	177
Total	297	264	714	122	51	391

Fonte: A autora (2014)

*O benefício de auxílio material de ensino foi implementado em 2011/2.

**O benefício auxílio ao estudante Proeja não foi concedido em 2012/2 por não haver ingresso de estudantes neste período.

No que diz respeito às demais áreas que a assistência estudantil deve atender, ou seja, alimentação, atenção à saúde, esporte e apoio pedagógico, também há intervenções desenvolvidas. A alimentação dos estudantes pode ser realizada no Restaurante Universitário da UFRGS que fica próximo ao Câmpus Porto Alegre, através de convênio existente entre as instituições. Há o projeto de construção de um Restaurante Universitário, e considera-se este como uma estrutura indispensável, contudo o projeto não foi priorizado até o momento. No

⁶ O número de benefícios concedidos se refere àqueles disponibilizados no início de cada semestre. Ocorre que, por motivos de desistência ou evasão, os beneficiados podem deixar de receber os auxílios ao longo do semestre, e assim outros estudantes passam a recebê-lo. Dessa forma, o número total de estudantes beneficiados a cada semestre pode ser maior do que o demonstrado na tabela, de acordo com a possibilidade de transferir o recurso a outro estudante.

que se refere à atenção à saúde, intervenções são realizadas de forma mais pontual, a fim de contemplar algumas das demandas que surgem e que a articulação com a rede dá conta. O Esporte recebe apoio financeiro da verba da assistência estudantil, e desenvolve atividades com os alunos do Câmpus, como torneios de futebol e vôlei. O apoio pedagógico é realizado pela Técnica em Assuntos Educacionais do setor, pelo auxílio material de ensino, e através do encaminhamento dos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem para o Laboratório de Apoio Didático (LAD).

Observa-se que as áreas propostas no PNAES estão sendo atendidas, contudo, em algumas delas o que ocorre é que a equipe técnica consegue atender apenas o mínimo, embora haja a tentativa de garantir o atendimento completo. Exemplificando: na saúde não há um programa ou benefício específico e garantido aos estudantes, e o apoio pedagógico deveria contar com o trabalho de profissionais da pedagogia. No que se refere ao acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades não há uma ação específica, e sim o envolvimento da equipe técnica, a fim de promover e garantir minimamente a permanência destes sujeitos, que são segregados dentro das instituições de educação, pois estas não se encontram preparadas para receber tais alunos.

No Câmpus Porto Alegre do IFRS, a assistência estudantil é compreendida e executada em uma perspectiva que vai além do repasse de recursos financeiros aos estudantes. Destaca-se que a disponibilização de benefícios financeiros aos estudantes em situação de vulnerabilidade social é fundamental para que se cumpram os objetivos de minimização das desigualdades sociais, propiciando, assim, a permanência dos estudantes na instituição de ensino. Entretanto, a vulnerabilidade social não está apenas vinculada aos aspectos financeiros dos estudantes e de suas famílias e, portanto, as ações não se esgotam desta forma, sendo necessário atender outras demandas.

Os estudantes, além de receberem os auxílios solicitados (de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira e com a análise socioeconômica realizada pela assistente social), são acompanhados quanto à frequência, desempenho escolar e demais dificuldades que se apresentem. Este acompanhamento não ocorre no sentido de controle, cobrança ou repressão, mas sim numa perspectiva pedagógica que possibilite atender as demandas dos estudantes, que por vezes se manifestam nas notas obtidas ou na ausência às aulas. Entende-se que a realização deste acompanhamento é fundamental para que a assistência estudantil se efetive, pois a vulnerabilidade se expressa de diferentes formas, e não se restringe apenas à questão financeira. Também ocorre o acompanhamento de forma

coletiva, através de reuniões, palestras e oficinas aos estudantes. No caso das oficinas, as mesmas foram o foco do projeto de intervenção realizado no período do estágio curricular obrigatório, objeto de análise e reflexão da experiência da estagiária, constante do capítulo 4.

Os estudantes beneficiários da assistência estudantil compreendem uma população que é o resultado das desigualdades da sociedade capitalista, onde a questão social é:

[...] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p. 27)

A vulnerabilidade social dos estudantes beneficiários é expressão desta questão social, e se apresenta de diferentes formas no âmbito educacional, pois nesta política perpassam questões como a precarização do trabalho, da moradia, da saúde, dificuldade do acesso a bens e serviços, políticas e programas sociais, bem como o próprio acesso ao ensino.

O acompanhamento individual e coletivo, na perspectiva de atendimento das demandas dos estudantes, que vá além do mero repasse de recursos financeiros, é um dos pressupostos do programa de assistência estudantil no Câmpus Porto Alegre, não só pelos profissionais envolvidos, que entendem a assistência estudantil neste aspecto amplo, mas também pelo fato de o público beneficiado estar em número atingível. Trata-se de aproximadamente 10% dos estudantes do Câmpus, ou seja, em torno de 250 estudantes (conforme dados obtidos durante o período de realização do estágio).

A precarização do trabalho também atinge os assistentes sociais e demais trabalhadores de áreas afins, e por vezes o Assistente Social se vê limitado a atender o emergencial. Este é um dos nós críticos que existe na assistência estudantil e que impede a ampliação de ações de promoção de campanhas e intervenções coletivas. Ou seja, se a demanda de atendimento crescer e/ou o público atendido se ampliar, como é a tendência de acordo com as políticas de acesso que estão sendo implantadas, é possível que os acompanhamentos nesta instituição não se realizem da mesma forma, visto que nem sempre os recursos humanos, ou seja, a equipe de trabalho aumenta.

No Câmpus Porto Alegre do IFRS, a equipe técnica que atuava na política de assistência estudantil, no período de realização do estágio (2012/1 a 2013/1), era composta por apenas uma Assistente Social, uma Psicóloga (posteriormente duas psicólogas) e uma Técnica de Assuntos Educacionais. Este quadro reduzido de profissionais implica diretamente

na realização do trabalho, pois, conforme já explicitado, algumas demandas relacionadas à assistência estudantil eram atendidas de forma mais pontual. Além disso, outras demandas, ora dos estudantes e ora dos próprios servidores⁷, ficam desatendidas. Considerando que o Decreto 7.824 (BRASIL, 2012), que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, destina 50% das vagas para estudantes oriundos de escola pública, e destes, 50% com renda de até 1 SM e ½, verifica-se que a demanda de trabalho dos profissionais envolvidos na assistência estudantil aumentará a largos passos, e, portanto, é importante garantir um quadro de profissionais equivalente à proporção de estudantes atendidos.

Convém refletir sobre o atendimento de demandas emergenciais, ou ainda, da focalização dos benefícios. Pinheiro (2013) ressalta que a assistência estudantil possui como limitação o fato de que ainda é vista como um mecanismo para atender somente os alunos de baixa renda, desconsiderando questões que interferem no desenvolvimento acadêmico, permanência e conclusão, e nem sempre se caracterizam pelo critério de renda estabelecido, pois questões de saúde e violência familiar, por exemplo, também influenciam no êxito do estudante. É fato de que os estudantes com mais dificuldades financeiras devem, prioritariamente, ser atendidos, entretanto, em uma sociedade onde as expressões da questão social se apresentam nas mais variadas formas, este critério de análise não pode ser o único, tampouco excluir os demais estudantes com outras necessidades.

No Câmpus Porto Alegre, os indicadores sociais tais como situação de moradia, arranjo familiar, situação de saúde, contexto educacional e condições de trabalho são considerados na análise, porém o critério de renda está presente no dispositivo legal e acaba sendo um meio de selecionar os estudantes “que mais necessitam” o recebimento do benefício para poder se manter nos estudos. Para dar conta das situações em que não há disponibilidade de recursos, por exemplo, nos casos de saúde, o que ocorre é um acompanhamento individual com os estudantes e/ou familiares, e a realização dos devidos encaminhamentos e articulações com a rede externa ao Instituto.

Para compreender melhor a situação social destes estudantes atendidos pela assistência estudantil do Câmpus Porto Alegre, bem como para discutir posteriormente de forma mais

⁷ Conforme o plano de trabalho da Assistente Social do Câmpus Porto Alegre, a demanda de trabalho compreende a intervenção junto aos estudantes, aos docentes, aos técnico-administrativos e aos trabalhadores terceirizados que apresentem dificuldades em suas relações com os processos de ensino, de aprendizagem e/ou de trabalho.

objetiva a demanda e o trabalho realizado pelo Serviço Social, é que se discute, a seguir, sobre o perfil do estudante beneficiário.

3.1.1 O público-alvo da assistência estudantil: perfil do usuário do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil do Câmpus Porto Alegre

Para compreender como vem se constituindo o público que acessa o Programa de Benefícios da Assistência Estudantil do Câmpus Porto Alegre do IFRS, local em que foi realizada a experiência de estágio curricular em Serviço Social, apresenta-se o perfil do aluno, levantamento realizado nos estágios I e II, intitulado “Perfil do usuário do programa de benefícios da assistência estudantil do Câmpus Porto Alegre (IFRS)” (APÊNDICE A) – documento elaborado pela estagiária e pela supervisora de campo⁸. Este levantamento de dados compreende os períodos de 2011/1, 2011/2 e 2012/1 e foi realizado com o objetivo de “Conhecer o perfil do aluno do Câmpus Porto Alegre – IFRS, usuário do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil, a fim de identificar quais as particularidades, vulnerabilidades e demandas dos mesmos”, entendendo as demandas como:

[...] aparências que precisam ser dissolvidas para que surjam as mediações ontológicas. Para ultrapassar a facticidade da demanda posta ao profissional se faz necessário compreendê-la, controlá-la, para isso é indispensável fazer aproximações com o plano das determinações universais da realidade, ou seja, à legalidade social. Aprender que as grandes determinações sociais tais como: relações sociais de produção, relação capital-trabalho, leis de mercado, relação entre Estado e sociedade, lei da mais-valia, entre outras, devem ser particularizadas. E, assim, apreender que as grandes leis e/ou categorias históricas do ser social podem estar interferindo nesse ou naquele problema/fenômeno que o profissional está enfrentando (MORAES; MARTINELLI, 2012, p. 8).

Nesse sentido, as demandas apresentadas precisam ser mediadas para que se possa reconhecer que a expressão da questão social, na qual temos que intervir, está perpassada por múltiplas determinações sociais, e assim direcionar a prática profissional.

Conforme Martinelli (1994), o dado numérico não é capaz de buscar os significados e por si só não subsidia o trabalho no movimento contraditório do real, entretanto, a informação quantitativa é importante para dimensionar aquilo que se está abordando, bem como trazer os

⁸ Tinha-se o objetivo de produzir um artigo para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS com os dados deste levantamento do perfil, mas devido à intercorrências do campo de estágio não foi possível elaborar esta produção.

dados daquela realidade. Aqui, portanto, pode-se observar “as circunstâncias materiais, as condições de vida” (MARTINELLI, 1994, p. 23) dos estudantes beneficiários.

Este levantamento apresenta-se, então, por meio dos dados quantitativos, contudo, a partir da experiência do campo de estágio pode-se realizar uma análise subsidiada pelas experiências, expressões, interpretações e histórias dos sujeitos com os quais se manteve contato através de atendimentos ou do próprio projeto de intervenção.

Utilizaram-se os semestres como amostra de análise por terem sido os iniciais da implementação e execução do Programa de Benefícios no Câmpus. Esses dados foram coletados nas fichas de inscrição e formulários sociodemográficos utilizados pelos alunos para solicitar os auxílios e não revelam a identidade dos estudantes.

Os dados que constituíram tal investigação compreenderam os seguintes itens: sexo; idade, cidade; tipo de curso; turno; cor autodeclarada; estado civil; tipo de escola que frequentou (pública/particular/particular com bolsa); situação de moradia; número de componentes da família; renda per capita; e se exerce atividade remunerada.

As informações pertinentes ao perfil do aluno ajudaram a compreender quem são os usuários, qual a situação social e econômica que se encontram, quais as suas possíveis demandas e principalmente a refletir sobre estratégias de intervenção e a problematizar se o próprio PNAES e as ações desenvolvidas no Câmpus, pelo Programa de Benefícios da Assistência Estudantil, estão contribuindo com a permanência destes sujeitos na instituição, bem como de que forma incidem na minimização das desigualdades sociais dos mesmos.

No primeiro semestre de implementação do Programa de Benefícios, 2011/1, o número de estudantes beneficiados foi de 83, sendo que todos que solicitaram recursos e que estavam dentro dos critérios do programa foram beneficiados. Já em 2011/2 este número cresceu para 99 estudantes beneficiados, sendo que novamente todos tiveram suas solicitações atendidas. Já em 2012/1 o número de estudantes beneficiados chegou a 214, e neste semestre todos os estudantes que solicitaram benefícios e que estavam dentro dos critérios do programa foram atendidos, mas nem todos os benefícios foram concedidos, pois o número de estudantes cresceu muito e o recurso orçamentário financeiro não acompanhou esta demanda.

Ou seja, neste caso, e nos semestres que se seguiram, o recurso financeiro da assistência estudantil do Câmpus Porto Alegre não foi suficiente para atender a todas as solicitações de benefício, mesmo daqueles que se mantinham dentro dos critérios estabelecidos. Embora o recurso destinado a assistência estudantil do Câmpus tenha

aumentado neste período, ocorreu, assim, uma seleção dos estudantes, excluindo aqueles que “menos necessitam”.

Houve, então, um crescimento do número de estudantes atendidos pelo programa de 19% de 2011/1 para 2011/2 e de 116 % de 2011/2 para 2012/1. Nesta análise, verifica-se o crescimento do número de estudantes atendidos pela Assistência Estudantil, dado que sugere reflexões, que já estão sendo percorridas nesta monografia e ajudam a problematizar tal particularidade, diante das determinações sociais que circunscrevem esta política, tais como:

a) visibilidade da crescente abertura das instituições de educação para as classes mais vulnerabilizadas;

b) explicitação da necessidade de políticas educacionais de assistência estudantil para garantir a permanência dos estudantes nas instituições, visto que o ingresso vem se expandindo;

c) indagação sobre como os profissionais que atuam na política devem (re)criar estratégias que assegurem e efetivem o acesso aos direitos deste crescente público;

d) questionamento quanto à garantia da qualidade dos serviços prestados aos usuários/público atendido, tendo em vista que a assistência estudantil requer acompanhamento dos estudantes, e para tanto as instituições devem aumentar o quadro de profissionais que atuam nos setores envolvidos com este programa.

Estas indagações suscitam pensá-las constantemente, pois é fundamental ao processo de trabalho no qual o Assistente Social está envolvido. Da mesma forma, as tabelas a seguir, com os dados coletados e com a respectiva análise, auxiliam a compreender quem são os sujeitos que demandam a materialização do acesso aos direitos.

Tabela 2 - Sexo do estudante beneficiário

SEXO	2011/1	2011/2	2012/1
Feminino	71%	74%	76%
Masculino	29%	26%	24%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

Quanto ao sexo (forma de identificar o gênero no formulário), nos três semestres analisados o percentual de mulheres beneficiárias da Assistência Estudantil é superior ao

percentual de homens. As mulheres são entre 71% e 76% do público atendido, enquanto o percentual de homens fica entre 24% e 29% nos três semestres analisados.

Tabela 3 - Faixa etária do estudante beneficiário

IDADE	2011/1	2011/2	2012/1
Até 25 anos	51%	46%	40%
De 26 à 35 anos	35%	34%	33%
De 36 à 45 anos	6%	16%	15%
De 46 à 60 anos	8%	4%	10%
Acima de 60 anos	0%	0%	2%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

Os estudantes beneficiários tem predominância de idade até os 35 anos, sendo que o maior número encontra-se, em todos os semestres analisados, com a idade de até 25 anos, ou seja, “adultos jovens”⁹. A instituição oferta cursos para um público adulto, pois os cursos (exceto o PROEJA) são subsequentes ao ensino médio, abarcando poucos alunos que ainda não completaram a maioridade. Este dado ratifica o que foi observado ao longo da experiência do estágio, e que de certa forma se constatou no projeto de intervenção: trata-se em sua maioria de um público adulto, mas ainda jovem, que busca na instituição a qualificação profissional, pois não estão inseridos no mercado formal de trabalho.

Tabela 4 - Cidade de residência do estudante beneficiário

CIDADE	2011/1	2011/2	2012/1
Porto Alegre	70%	60%	57%
Região Metropolitana	30%	40%	42%
Demais cidades RS	0%	0%	1%
Outros Estados	0%	0%	0%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

⁹ Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população jovem situa-se entre 15 e 24 anos. Contudo, a faixa etária utilizada nas análises socioeconômicas e definida como jovem compreende os estudantes de até 25 anos.

Quanto à cidade de residência, a maioria dos estudantes é de Porto Alegre, contudo, há um percentual de estudantes que vem de cidades da região metropolitana (entre 30% e 42%). Este dado é importante para poder pensar sobre o meio e custo de transporte destes estudantes para a instituição, bem como a necessidade do auxílio moradia para estudantes de fora da região metropolitana. O benefício do auxílio transporte é o que mais impacta na frequência e permanência do estudante na instituição de ensino, conclusão esta que pode ser verificada na experiência do estágio, através das falas dos estudantes: “o auxílio transporte não pode atrasar, se não eu não venho pra aula; não posso pagar quase dez reais de passagem todo dia; eu posso ficar até sem comer, mas sem pegar ônibus eu não venho” (FORTES, 2012, p. 52).

Além disso, pode-se verificar a abrangência da instituição, que possui alunos de diferentes cidades, e que através do ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SISU), tende a aumentar o público oriundo de cidades não só da região metropolitana de Porto Alegre, como de cidades do interior e de outros Estados. Isso ressalta a importância do benefício no que se refere à moradia do estudante, pois a instituição cada vez mais receberá alunos de cidades distantes, que necessitam de auxílios para manter o custo de moradia. Isso remete novamente à questão do financiamento da assistência estudantil, que necessita ser ampliado para dar conta de suprir estas e outras necessidades dos estudantes.

Tabela 5 - Tipo de curso do estudante beneficiário

TIPO DE CURSO	2011/1	2011/2	2012/1
Nível Superior	8%	17%	16%
Nível médio/técnico	72%	62%	60%
Nível médio/técnico Proeja	20%	21%	24%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

A análise do tipo de curso do estudante beneficiário permite identificar que a situação de vulnerabilidade social se apresenta nos diferentes níveis de ensino, entretanto, na modalidade de ensino médio integrado com técnico – Proeja, que atende jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio regular, o percentual de estudantes beneficiários é maior, pois no recorte utilizado neste levantamento de dados havia apenas um curso nesta modalidade, o Técnico em Vendas – Proeja (o técnico em Administração – Proeja foi

implantado posteriormente ao levantamento), enquanto havia 17 cursos técnicos subsequentes e 5 cursos superiores.

Este dado reporta à condição de vulnerabilidade que preexiste e origina a dificuldade do acesso à educação. Os estudantes que acessam esta modalidade de ensino são em grande percentual o público-alvo da assistência estudantil, e em sua trajetória possuem múltiplas expressões da questão social que os afastaram do âmbito escolar.

Para Amaro (2012), a escola deve ser reconhecida como espaço guardião da diversidade, e “[...] na escola as contradições sociais, os jogos de força e a luta pela cidadania estão vivos e pulsantes espelhando a realidade tal como ela é” (AMARO, 2012, p. 16). Esta escola, da qual a autora fala, é então, espaço de contradições e de múltiplas expressões de desigualdade, violação de direitos, entre outros. Os estudantes do Câmpus Porto Alegre são sujeitos que já vivenciaram no espaço educacional, em sua maioria, situações de vulnerabilidade, o que influi fortemente no processo de aprendizagem. Isso não exclui os demais estudantes que acessam o Ensino Superior e Técnico subsequente e que também apresentam situações de vulnerabilidade social, entretanto, e como já citado, os estudantes do Proeja são aqueles que não tiveram a oportunidade de acesso ao Ensino Médio regular.

Tabela 6 - Turno de estudo do beneficiário

TURNO DE ESTUDO	2011/1	2011/2	2012/1
Manhã	34%	41%	31%
Tarde	23%	19%	18%
Noite	43%	40%	51%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

O turno de estudo do beneficiário possibilita identificar que a maior porcentagem de estudantes realiza o curso a noite, seguido do turno da manhã e com menor porcentagem no turno da tarde. O número de estudantes atendidos pela Assistência Estudantil que realizam seus estudos no turno da noite ressalta a importância de que o setor responsável pela assistência estudantil (NAAc) realize atendimentos noturnos. Muitos estudantes chegam ao Câmpus somente após as 18h, e necessitam de atendimento para além dos horários ditos comerciais (das 08h às 18h). O NAAc funciona de duas a três vezes por semana no turno da noite, a fim de possibilitar o acesso destes alunos que constituíam a maior parte do público atendido.

Tabela 7 - Cor autodeclarada do estudante beneficiário

COR AUTODECLARADA	2011/1	2011/2	2012/1
Branco/caucasiano	49%	55%	62%
Afrodes./negra/preta	23%	26%	18%
Parda	8%	9%	7%
Outros	2%	1%	1%
Não responderam	18%	9%	12%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

Quanto à cor autodeclarada do estudante, verifica-se ser superior o percentual de estudantes que se autodeclaram brancos/caucasianos, que nos semestres analisados ficou entre 49% e 62%. Este percentual segue-se: dos que se declaram afrodescendente/negro/preto; dos que não responderam; dos que se declaram pardos, e por fim do que se declaram como “outros”.

Em 2012/2, posterior aos semestres analisados, o Decreto nº 7.824 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (BRASIL, 2012). Este decreto, ou a “lei de cotas” como assim chamou-se, estabelece que além da reserva de vagas a estudantes oriundos de escolas públicas e da especificidade da renda, deve haver proporcionalidade de vagas quanto à de pretos, pardos e indígenas na população onde a instituição está inserida, de acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ou seja, o decreto vem no sentido de garantir o acesso desta população nas instituições de ensino técnico e superior, população que historicamente sofre com a exclusão e preconceito.

Esta política de ações afirmativas atua no sentido de minimizar as desigualdades sociais vividas durante todo o processo histórico brasileiro. O impacto pode não ocorrer no sentido de aumentar o número de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, mas sim de garantir legalmente o acesso à educação para esta população.

Tabela 8 - Estado civil do estudante beneficiário

ESTADO CIVIL	2011/1	2011/2	2012/1
Solteiro	80%	75%	71%
Casado / união estável	15%	21%	19%
Separado / divorciado	4%	2%	7%
Não informou	1%	2%	3%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

O estado civil que predomina entre os estudantes é solteiro, embora nos relatos e atendimentos realizados ao longo do estágio, se observasse que boa parte destes estudantes possuía relacionamentos não formalizados. Apesar do maior número de estudantes declarando-se solteiro, este dado não se relaciona com o pressuposto de residir sozinho, pois cerca de 50% dos estudantes possui em seu grupo familiar de 02 a 03 pessoas.

Tabela 9 - Tipo de escola que o estudante beneficiário frequentou antes do IFRS

TIPO DE ESCOLA QUE FREQUENTOU	2011/1	2011/2	2012/1
Pública	92%	93%	89%
Particular	4%	5%	5%
Particular c/ bolsa	4%	2%	6%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

Nos semestres analisados, obteve-se o dado de que é predominante na instituição o estudante oriundo de escola pública. Conforme o Decreto n° 7.234, fica estabelecido que sejam atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica (BRASIL, 2010). Assim, este dado é um dos agravantes na análise socioeconômica, pois além de disposto no Decreto, sugere que se trata de estudantes em situação de vulnerabilidade. Esta vulnerabilidade pode não ser apenas financeira, ou seja, referente à renda, pois, se tratando de uma instituição de educação, múltiplas expressões podem se apresentar.

Tabela 10 - Situação de moradia do estudante beneficiário

SITUAÇÃO DE MORADIA	2011/1	2011/2	2012/1
Própria	55%	60%	50%
Alugada	18%	22%	16%
Outros	27%	18%	34%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

O conhecimento sobre a situação de moradia é um importante elemento para compreender a situação social dos estudantes, e para poder refletir sobre as intervenções realizadas e benefícios disponibilizados. Entre os estudantes que declaram residir em moradia própria, encaixam-se aqueles que residem sozinhos ou com a família em casa própria; sozinhos ou com família em casa financiada, ou, ainda, com outros parentes em casa própria ou financiada. Dos estudantes que declaram residir em moradia alugada, incluem-se os que residem sozinhos, com a família ou com outros parentes/amigos em casa alugada.

Dos estudantes com situação de moradia classificada como “outros”, tem-se uma diversidade de casos, e nestes apresentam-se as moradias mais precarizadas, tais como: residir sozinho ou com família em área verde; residir sozinho ou com família em moradia cedida; residir temporariamente em casa de estudante¹⁰; residir em pensionatos e quartos alugados; residir no próprio local de trabalho; e, ainda, casos de residir em instituição de abrigamento da Prefeitura de Porto Alegre.

Nas solicitações de benefícios da assistência estudantil, os estudantes precisam apresentar documentos, conforme o edital prevê, e dentre estes o comprovante de residência. Contudo, para os estudantes que se encontram em situação de moradia mais precarizada, como em área verde, quartos alugados, entre outros, a apresentação deste documento se coloca como um impedimento para o acesso do direito aos benefícios. Portanto, é necessário que o Assistente Social, ao realizar a análise, considere que a falta desta documentação não seja o impedimento para o acesso, e realize outros procedimentos de análise que estejam de acordo com aquilo que o estudante pode realmente declarar. Ou seja, o Assistente Social deve ser um agente facilitador do acesso a benefícios, programas, projetos, e, para tanto, deve

¹⁰ Não há casa do estudante vinculada ao IFRS Câmpus Porto Alegre, mas há alunos do Câmpus que também são estudantes da UFRGS e utilizam a casa do estudante desta universidade. Há também estudantes que utilizam casas que se organizam de forma autônoma e por autogestão, como a Casa do Estudante Aparício Cora de Almeida, localizada no centro histórico de Porto Alegre.

buscar alternativas para que o usuário possa realmente efetivar o acesso a determinado direito, nesse caso, os benefícios da assistência estudantil.

Tabela 11 - Número de componentes do grupo familiar do estudante beneficiário

GRUPO FAMILIAR	2011/1	2011/2	2012/1
1 pessoa	10%	6%	9%
2 à 3 pessoas	41%	59%	48%
4 à 5 pessoas	39%	29%	38%
6 pessoas ou mais	10%	6%	5%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

Conforme o edital do programa de benefícios do Câmpus Porto Alegre, “Considerar-se-á grupo familiar (para a entrega de documentação) o conjunto de pessoas que vivem em uma mesma moradia e/ou que vivem com a renda bruta mensal familiar” (IFRS CÂMPUS PORTO ALEGRE, 2014). Nesse sentido, o grupo familiar é aquele que se mantém com determinada renda mensal, podendo morar em residências distintas ou mesmo em cidades distantes. Também é possível que haja mais de um grupo familiar por residência, mas que estes não possuam relações de dependência econômica.

Durante a realização do estágio verificou-se nas entrevistas, atendimentos e também nas análises socioeconômicas, que era comum mais de um grupo familiar residir em um mesmo endereço, mas possuir configurações familiares distintas. São famílias que dividem a mesma residência, mas não dependem da renda um do outro e entendem-se como grupos familiares diferentes.

Nos três semestres analisados, o maior percentual de estudantes concentra-se entre 2 a 3 pessoas por grupo familiar, seguidas de 4 a 5 pessoas por grupo familiar, ou seja, grupos familiares de pequenos a médios, mas que por vezes possuem apenas um provedor, como pode ser identificado nas análises socioeconômicas realizadas no período de estágio.

Tabela 12 - Renda per capita do grupo familiar do estudante

RENDA PER CAPITA	2011/1	2011/2	2012/1
até R\$ 150,00	8%	5%	8%
De R\$ 150,00 à R\$ 250,00	23%	15%	14%
De R\$ 250,00 à R\$ 350,00	20%	23%	15%
De R\$ 350,00 à R\$ 450,00	20%	16%	15%
De R\$ 450,00 à R\$ 550,00	17%	15%	18%
De R\$ 550,00 à R\$ 750,00	8%	22%	22%
acima de R\$ 750,00	4%	4%	8%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

Quanto à renda per capita familiar, esta não foi traduzida em relação ao salário mínimo por ter ocorrido alteração do mesmo no período analisado. No período de análise dos benefícios de 2011/1, o salário mínimo nacional era R\$ 510,00, em 2011/2 foi para R\$ 540,00 e em 2012 aumentou para R\$ 622,00. Dessa forma, aplicaram-se as faixas de renda utilizadas na própria análise do local pesquisado. A renda per capita apresentou-se com menor percentual nos dois extremos da tabela: na renda de até R\$ 150,00 per capita e na renda acima de R\$ 750,00 per capita (mas não ultrapassando o critério de 1SM e ½ per capita, pois estes não se incluem nos dados levantados). Nas demais faixas de renda, os percentuais apresentam-se distribuídos, sendo que a faixa de renda de R\$ 250,00 a R\$ 350,00 traz o percentual de estudantes mais elevado.

Tabela 13 - Exercício de atividade remunerada pelo estudante beneficiário

EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA	2011/1	2011/2	2012/1
Sim	27%	67%	37%
Não	73%	33%	63%
Total de alunos:	100%	100%	100%

Fonte: A autora (2014)

Dos três semestres analisados, quanto à informação de estar exercendo atividade remunerada, em somente um deles (2011/2) a porcentagem de alunos que responderam “sim” no formulário é superior.

Observa-se que o ingresso no mercado de trabalho apresenta-se como uma das dificuldades vivenciadas pelos alunos, e a busca pela qualificação profissional é um mecanismo de enfrentamento desta desigualdade. Os benefícios da assistência estudantil são um meio de prover as necessidades dos estudantes, necessidades que a desigualdade na distribuição de renda não permite suprir. Nesse sentido, podem possibilitar condições de igualdade na permanência e conclusão dos cursos, contudo, estes benefícios não são capazes de garantir eficazmente a formação do estudante, pois além de tratarem-se do atendimento de necessidades mínimas para a permanência nos estudos, outras formas de assistência ao estudante devem ser desenvolvidas, envolvendo o acompanhamento dos estudantes, a articulação com outras políticas e o desenvolvimento de atividades que promovam uma educação para além do tecnicismo requisitado pelo sistema produtivo.

Este levantamento e análise do perfil do aluno usuário do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil permite identificar qual a situação social e econômica destes sujeitos, quais as suas possíveis demandas, e, principalmente, a pensar nas intervenções realizadas a este público. Sua apresentação nesta monografia tem o intuito, também, de devolver estes dados para a instituição na qual se realizou o estágio, visto que durante o período do mesmo não foi possível tabular e analisar as informações coletadas.

Ressalta-se que estes dados são anteriores ao Decreto nº 7.824, que instituiu a reserva de vagas nas instituições e, portanto, a partir dele o perfil do estudante do Câmpus pode apresentar significativas mudanças, visto que o Decreto prevê a garantia da ocupação de vagas por estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica em pelo menos 25% do total de vagas da instituição. Assim, este levantamento e análise do perfil do aluno pode ser futuramente comparado aos dados do ano seguinte ao decreto, 2013, a fim de verificar o impacto no acesso à educação e no acesso à assistência estudantil junto aos estudantes a que o Decreto se refere e que são potencialmente o público alvo da assistência estudantil.

Em síntese, com esta análise, pode-se constatar que o público usuário da assistência estudantil possui algumas características relevantes para que se delineie o programa de benefícios: é um público predominantemente feminino (média de 74%); com faixa etária de maior incidência até os 25 anos (média de 46%); residentes em Porto Alegre (média de 62%), mas em percentual considerável residindo fora da cidade em que se encontra instituição de ensino (média de 38%); com maior proporção de estudantes beneficiários no curso Proeja (média de 22%), visto que há apenas um curso na modalidade Proeja no levantamento, a proporção relacionada ao curso técnico subsequente e ao curso superior é maior; onde

predominam os estudantes no turno da noite (média de 45%); que a maioria dos estudantes declara-se branco/caucasiano (média de 55%), mas com um percentual de estudantes declarados afrodescendentes/negros/pretos (média de 22%) que tende a se consolidar dentro das instituições devido às políticas de ações afirmativas que emergem; caracterizando-se por serem solteiros (média de 75%); oriundos de escolas públicas (média de 91%); que possuem no grupo familiar residência própria (média de 55%), contudo, apresentam situações de moradia precárias, que se inserem dentro da categoria “outros” (média de 26%); com grupos familiares de 2 a 3 pessoas (média de 49%); onde a faixa de renda do grupo familiar com maior incidência fica entre R\$ 250,00 à R\$ 350,00 (média de 19%); sendo a maioria dos estudantes afastados do mercado de trabalho, que não exercem atividades remuneradas (média de 66%).

Constata-se, então, que se trata de um público em situação de vulnerabilidade, bem como o PNAES prevê atender. As informações expressas através da análise do perfil do estudante beneficiário se traduzem em possibilidades de pensar a intervenção profissional, a forma de atendimento dos estudantes por parte da equipe técnica e de direcionar os benefícios propostos, a fim de atenuar as expressões da questão social apresentadas por este público.

Além disso, os dados apresentados remontam a necessidade de garantir o direito do acesso à educação pública e de qualidade, e mais do que isso, a necessidade de efetivar este direito através da oferta de condições concretas para que este aluno, hoje já adulto, possa concluir seus estudos com qualidade. Neste sentido, é necessário que a assistência estudantil possibilite o acesso a recursos materiais para que o estudante possa permanecer na instituição, assim como o acesso a direitos que não se efetivam apenas com a disponibilização de bolsas e benefícios. Ou seja, são necessárias ações de acompanhamento dos estudantes, para que se possa garantir não só a permanência e a conclusão dos cursos, mas uma formação balizada por princípios de autonomia e emancipação. É pertinente ressaltar que ao concluir o curso na instituição, este não será mais assistido pelo programa, e é neste sentido que a assistência estudantil deve instrumentalizar os beneficiários para que quando egressos, possam ter outros direitos acessados e garantidos.

4 O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: REFLEXÕES E ANÁLISE

Para problematizar as ações realizadas no âmbito da Assistência Estudantil é importante discutir primeiramente a atuação do Serviço Social na Política de Educação. Nesta política, há a forte vinculação com a formação para o trabalho, como forma de manutenção da reprodução do capital. Também neste contexto, o trabalho se transforma no meio de sobrevivência de uma vasta parcela populacional, visto que é a minoria que detém os meios de produção. Ou seja, o trabalho não é o meio de criação, e sim de alienação do trabalhador (ALMEIDA; RODRIGUES, 2012). Partindo disso, compreende-se a atuação do Serviço Social na política de educação como um espaço de disputas e contradições, posto que a forma como se orientam os processos de formação vem a contribuir com aquilo que, enquanto categoria, combate-se. Neste sentido, é primordial compreender de que educação se está falando, e a serviço de quem esta educação está atrelada. Evidenciando tais concepções, a prática profissional pode direcionar-se na perspectiva de uma educação para a classe trabalhadora, com a classe trabalhadora e a serviço da classe trabalhadora.

A inserção do Serviço Social nesta política não é recente, tampouco desconhecido por parte dos profissionais, entretanto, a carência de discussão do tema no que tange à atuação do Assistente Social na educação é uma circunstância que somente nos últimos anos vem sendo revertida. Em 2012, o CFESS publicou “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, a fim de contribuir com a “[...] histórica demanda da categoria acerca de orientações para o exercício profissional no âmbito da referida política” (CFESS, 2012, p. 8). Nesta publicação, o CFESS deixa claro que não foi intenção pensar em parâmetros de atuação como ocorreu na área da saúde e da assistência social, por exemplo, devido à complexidade da política de educação, das inúmeras e amplas possibilidades de atuação e da autonomia que o profissional deve ter para atuar nas demandas que emergem do contexto educacional (CFESS, 2012). Esta autonomia profissional, considerando que a Política de Educação seja consonante com o Projeto Ético Político Profissional, é o que possibilita que o assistente social intervenha nas diversas formas em que as contradições da sociedade capitalista se apresentam, não restringindo a intervenção profissional.

Adentrando na Assistência estudantil, esta se ocupa de garantir o acesso a condições de igualdade e permanência dos estudantes nas instituições de ensino e, portanto, deve ser espaço privilegiado de atuação do Assistente Social. Para tanto, faz-se necessário

compreender o contexto em que se vive, onde a necessidade do capital se sobrepõe às necessidades sociais. Conforme Iamamoto (2007), a acumulação do capital não é aliada de equidade e igualdade, portanto, acirram-se as expressões da questão social, nas quais se intervém como fundamento da profissão.

Dessa forma, refletir sobre o Serviço Social inserido na assistência estudantil é uma discussão recente e urgente, visto que é necessário dar visibilidade aos processos de trabalho e às concepções que permeiam a discussão deste tema, para que esta área de atuação se estenda para além do atendimento emergencial de demandas institucionais. Ou seja, o Serviço Social na assistência estudantil deve se orientar em consonância com o entendimento de educação enquanto direito e, além disso, que a garantia do acesso a educação não ocorra apenas pelo ingresso, mas sim pelo acesso a direitos que efetivem a educação em sua ampla abrangência.

Assim, como forma de adensar esta discussão, buscou-se conhecer como os profissionais Assistentes Sociais estão compreendendo esta temática, na qual educação e assistência estudantil articulam-se formando uma unidade, e qual o debate que está sendo instaurado pelos mesmos. Também, pode-se refletir sobre como a Assistência Estudantil vem possibilitando a permanência dos estudantes nas instituições através de publicações analisadas.

4.1 A CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS PRODUÇÕES DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: APREENSÃO DO TEMA PELOS PROFISSIONAIS

A discussão sobre a atuação do Serviço Social na Assistência Estudantil e a apropriação dos profissionais que produzem acerca do tema se deu através de pesquisa bibliográfica realizada após a conclusão do estágio curricular, a fim de dar continuidade e profundidade ao processo de conhecimento iniciado no estágio, mas que não se esgotou nele. Além disso, as inquietações da experiência enquanto bolsista de Iniciação Científica também subsidiaram e potencializaram o tema em estudo. Ou seja, o estudo que se originou da experiência do estágio curricular demandou maior apropriação, entendendo a relevância da pesquisa para tanto. Buscaram-se então outras fontes para a apreensão do tema, através da pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2010), é uma pesquisa baseada em materiais já publicados e inclui revistas e anais de eventos, entre outros.

A pesquisa bibliográfica se deu por meio de levantamento e análise das produções publicadas na área, nos seguintes eventos: a) Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores

em Serviço Social – ENPESS de 2010 e 2012; b) Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) de 2010 e 2013; e nas seguintes revistas: a) edições da Revista *Temporalis*, de 2010 a 2013 (nº 19 a 26); b) edições da Revista *Serviço Social & Sociedade*, de 2010 a 2013 (nº 101 a 116).

Quanto às fontes de análise, estas foram escolhidas por terem grande visibilidade dentre os Assistentes Sociais e estudantes de Serviço Social e por tratarem dos mais diversos temas do âmbito de nossa atuação. Tais eventos foram escolhidos por serem os de maior significância e que congregam maior número de profissionais da área, e as revistas por serem de grande visibilidade no Serviço Social.

Nos anais dos eventos citados, realizou-se a busca dos artigos abrindo um por um dentre todas as publicações de cada evento, que totalizou 3.651 artigos. Aqueles que em seu título apresentavam relação com a política de educação somaram 140 artigos e foram separados para que se realizasse a leitura de seus resumos, a fim de identificar se tratavam do tema em estudo, a Assistência Estudantil. A leitura dos resumos dos artigos selecionados, por vezes, não foi suficiente para compreender se a publicação versava sobre o tema. Então, em muitos destes, realizou-se a leitura de suas introduções e considerações finais. Esta etapa da pesquisa demandou grande tempo e esforço, contudo foi fundamental para garantir que os artigos selecionados realmente abordassem o tema.

Utilizou-se como critério o ano de 2010, como ano de início para a pesquisa, por este ter sido o ano do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010), embora já em 2007 este Programa tenha sido instituído pelo Ministério da Educação – Portaria Normativa nº 39. A partir do levantamento destas produções do conhecimento, e da análise das mesmas, pode-se aprofundar o conhecimento acerca do tema e refletir sobre o que vem sendo produzido atualmente sobre Assistência Estudantil e quais as concepções de educação, de assistência estudantil e de acesso a direitos são utilizadas.

A questão central que orientou esta pesquisa bibliográfica foi: qual a concepção de Assistência Estudantil e a apreensão do tema nas produções da área de Serviço Social? Para tanto, as perguntas que orientam esta pesquisa bibliográfica são:

- a) O que vem sendo discutido acerca da Assistência Estudantil nas produções pesquisadas;
- b) Que tipos de intervenções são realizadas ou discutidas nas produções;
- c) Qual a apreensão do tema por parte dos profissionais;

d) Como se dá a publicação do tema.

Na pesquisa realizada nas fontes citadas, obteve-se o seguinte resultado:

Tabela 14 - Quantitativo de produções sobre o tema Assistência Estudantil nas Revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis e nos anais do CBAS e ENPESS

Ano	Serviço Social & Sociedade	Temporalis	Anais ENPESS	Anais CBAS
2010	0	0	13	12
2011	0	0	-	-
2012	0	0	19	-
2013	0	0	-	30
Total	0	0	32	42

Fonte: A autora (2014)

Como resultado desta pesquisa bibliográfica, verifica-se que nas Revistas Serviço Social & Sociedade e Temporalis, nas edições citadas, não há nenhuma produção que trate sobre o tema da Assistência Estudantil. Resta, assim, uma indagação sobre a ausência de produções nestas revistas de maior circulação do Serviço Social. Fica explícito que este tema não está sendo escrito pelos articulistas, tanto pela SS & Sociedade, revista de abrangência multiprofissional, e de circulação nacional e internacional, bem como a revista Temporalis, vinculada à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, embora o tema esteja em grande evidência nos últimos anos, principalmente a partir de 2010. Uma hipótese seria que a própria política de educação, de forma geral, não obteve o destaque necessário a sua relevância e dimensão nas publicações das revistas citadas.

Também se verifica que o estudo sobre a política de educação e sobre a assistência estudantil não obteve espaço específico de discussão ao longo da graduação em Serviço Social na UFRGS. A grade curricular, até o momento, não possui nenhuma disciplina obrigatória específica que trate destas políticas. Existem disciplinas eletivas que abordam a política de educação, mas com enfoque aos movimentos sociais, ou a inclusão na educação, entre outras. Esta temática é abordada, então, apenas no período de estágio curricular pela vinculação do estagiário ao campo de estágio, cuja área versa sobre o tema, o que demanda o estudo e a potencialização desta discussão entre outros estagiários no processo de supervisão

grupal. Contudo, a política de educação, assim como outras que não possuem disciplina específica, pode ser estudada na disciplina Oficinas sobre Políticas Específicas I¹¹, na qual são realizados estudos e trabalhos para aprofundamento do tema em que o estudante realiza o estágio. O estudante pode escolher a temática abordada, e que por sua vez também possibilita a discussão com os demais estudantes. Nesse momento, então, foi aprofundado o estudo acerca da Assistência Estudantil, inscrita no âmbito da política de educação.

Em relação às produções dos Anais dos CBAS, onde as publicações são predominantemente narradas por profissionais inseridos nos espaços sócio-ocupacionais, em 2010 o evento contou com 914 trabalhos aprovados para apresentação oral e destes 12 (1,3%) tratavam do tema Assistência Estudantil; em 2013, o evento contou com 959 trabalhos aprovados para apresentação oral e destes 30 (3,1%) versavam sobre Assistência Estudantil. Assim, verifica-se o registro de publicações, bem como o crescimento do número de uma edição do evento para a outra.

Já as publicações nos dois Anais dos ENPESS analisados, onde os temas pela natureza do evento são desenvolvidos no âmbito de pesquisa, verifica-se uma soma menor de trabalhos sobre o tema em estudo, mas também demonstrando crescimento do ano de 2010 para o ano de 2012. No ENPESS de 2010, onde 913 trabalhos foram aprovados para apresentação oral e 32 para mesas coordenadas (nos ENPESS analisou-se também as mesas coordenadas que abordavam Assistência Estudantil), destes, teve-se 13 (1,4%) tratando de Assistência Estudantil. Já no ENPESS de 2012 foram aprovados 798 trabalhos para apresentação oral e 35 mesas coordenadas, e destes, 19 (2,3%) abordavam a Assistência Estudantil.

Analisando qualitativamente as publicações destes eventos, e de acordo com as perguntas que orientaram a pesquisa, pode-se verificar que a tendência do debate sobre a assistência estudantil versa sobre 3 eixos:

1) Discussão sobre a prática profissional: engloba produções sobre a atuação do Assistente Social no âmbito da Educação Técnica e Superior, e desta forma, no planejamento, implementação, gestão e execução da Assistência Estudantil como uma das grandes atribuições e desafios do Assistente Social; Assistência Estudantil como espaço de inserção do Serviço Social e as requisições expressas no âmbito da educação; dimensão técnico operativa do Serviço Social na Assistência Estudantil, principalmente abordando os estudos socioeconômicos.

¹¹ Disciplina realizada no 8º Semestre da graduação, concomitante ao Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

2) Relatos da organização da política de assistência estudantil nas Instituições: relatos da gestão, da implementação, da execução e da avaliação dos programas de benefícios, mas sem a especificidade da intervenção do Serviço Social; produções que socializam como ocorre a Assistência Estudantil nas instituições em que os articulistas estão inseridos, ou seja, a socialização da forma como se conduz os Programas de Benefícios.

3) A discussão da assistência estudantil no âmbito da política: produções que discutem a assistência estudantil enquanto política, em sua perspectiva de garantia do acesso aos direitos, relacionando sua necessidade frente aos avanços do capitalismo, da reforma do ensino superior e das expressões da questão social que se materializam nos espaços de educação. São produções que discorrem sobre as tendências neoliberais e contra reformistas que se apresentam no âmbito educacional e que exigem ações na contramão destes avanços. Estas publicações são as que possuem o referencial mais crítico, mas também são as que se apresentam em menor quantidade.

Quanto aos tipos de intervenções realizadas pelos Assistentes Sociais e discutidas nas produções, verifica-se que predominam as publicações que abordam a intervenção na assistência estudantil fundada na concessão de bolsas e repasse de recursos financeiros aos estudantes.

Conforme o Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010), as ações de assistência estudantil devem ser desenvolvidas em dez áreas, que são elas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Nas publicações que relatam sobre os Programas de Benefícios, e considerando o disposto no Decreto, constata-se que, de forma geral, a cobertura destas áreas nos programas de benefícios das instituições de ensino ocorre parcialmente e de forma fragmentada. Algumas áreas têm maior incidência de atendimento, pois foram relatadas nas produções, tais como moradia, alimentação, transporte e creche. Contudo, ações voltadas à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, apoio pedagógico e intervenções voltadas aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades não tiveram destaque nestas publicações. O mesmo pode ser verificado também no campo de estágio curricular, pois em algumas das áreas nas quais a assistência estudantil deve se executar as intervenções ocorrem de forma mais pontual e focalizada, embora a equipe técnica que atua na assistência

estudantil do Câmpus Porto Alegre empreenda esforços para que se garanta o atendimento das áreas que o PNAES orienta.

Em âmbito geral, a partir da análise realizada sobre a forma como vem sendo executada a assistência estudantil, verifica-se que “[...] o que vem ocorrendo é a implementação de uma política de assistência estudantil reduzida a benefícios focalizados, emergenciais, destinados a um público específico [...]” (NASCIMENTO; SANTOS, 2012, p.7), pois atuam de forma seletiva e excludente para aqueles que não apresentam situações sociais agravadas.

Em relação à apreensão do tema por parte dos profissionais que produzem conhecimento, constata-se, principalmente através das produções que expõe a concepção de assistência estudantil no âmbito da política (Eixo 3), o entendimento de que a assistência estudantil se insere no campo dos direitos, como política educacional fundamental para consolidar o acesso à educação. Verifica-se que a assistência estudantil vem ocorrendo no sentido de concessão de recursos financeiros aos estudantes em situação de vulnerabilidade, entretanto, há a discussão na categoria profissional de que a assistência estudantil deve englobar acompanhamento, articulação com a rede socioassistencial, ações de cunho pedagógico e promoção de cidadania, entre outros que não se associem apenas ao fator econômico ou de repasse de benefícios. Ou seja, é presente nas publicações a importância de que a assistência estudantil atenda o sujeito em sua totalidade, sem a focalização apenas no aspecto de suprir os mínimos necessários para que o estudante conclua o curso. Entretanto, é ressaltada a dificuldade de realizar estas ações, visto que os quadros de profissionais que atuam na assistência estudantil ainda são reduzidos e a intervenção que se apresenta como emergência é o repasse de recursos através das bolsas.

Constata-se, ainda, que nas produções com a tendência de abordar questões sobre a assistência estudantil entendendo-a enquanto uma política fundamental para que a educação se efetive como direito universal, há concepções mais críticas sobre a configuração da Assistência Estudantil e a atuação do Serviço Social. Nestas se inscrevem as publicações que questionam a política educacional voltada ao capital, a assistência estudantil como forma de assegurar os meios mínimos para que o capital se reproduza, tendo em vista a formação da classe trabalhadora, e questionando, inclusive, o próprio fazer profissional, que se insere muito ainda na dimensão tecnico-operativa, ficando em segundo plano o ético-político e teórico-metodológico.

Cabe destacar que o repasse de recursos facilita a vida do estudante enquanto este é assistido, auxiliando na sua permanência e conclusão, e não se exclui a necessidade e relevância do recurso monetário diante das situações apresentadas pelos estudantes, porém, a intervenção deve articular-se com ações que promovam a formação qualificada, o protagonismo, a promoção da cidadania e a busca pelo acesso aos direitos para além do espaço educacional. Nesse sentido:

A construção de uma educação que fortaleça os significados de cidadania, de liberdade, de democracia e de emancipação não pode estar desarticulada das lutas pelo acesso à saúde, ao trabalho digno, a moradia, ao lazer, a cultura e tudo aquilo que hoje esta ausente das condições de vida da maior parte da população [...] (ALMEIDA, RODRIGUES, 2012, p. 93)

Portanto, a concepção de educação aqui defendida, e que deve balizar as ações de assistência no âmbito educacional, requer a articulação com outras políticas públicas e sociais. Requer também que ela não se volte às formas de assegurar e reproduzir o capital, e sim que tenha como função possibilitar a construção de uma nova ordem social, na contramão do projeto hegemônico (ALMEIDA, RODRIGUES, 2012).

No que tange à forma como se dá a publicação do tema, verificou-se que os ensaios teóricos associados ao relato da prática profissional evidenciam-se em meio às publicações. Esta discussão sobre o fazer profissional é pertinente, uma vez que a inserção do Serviço Social na assistência estudantil ainda é recente, e percebe-se então a necessidade de socializar o trabalho do Assistente Social. Esta discussão é, então, uma demanda dos próprios profissionais, a fim de garantir este espaço de intervenção e de qualificar o trabalho realizado através da publicização do processo de trabalho.

Os relatos sobre a forma como ocorrem os programas de assistência estudantil nos diferentes espaços onde estão inseridos os Assistentes Sociais também demonstram a necessidade de socializar a operacionalização do PNAES, de acordo com as especificidades que as instituições e os usuários apresentam.

Ressalta-se uma informação relevante no que se refere à análise dos ENPESS: embora o evento seja direcionado à publicações sobre pesquisas, constata-se, também, que há muitos ensaios teóricos associados aos relatos da prática profissional e poucas publicações originárias de pesquisas, pois do total de 32 publicações nos dois eventos, apenas 07 evidenciaram que o estudo apresentado se tratava do resultado parcial ou final de alguma pesquisa. Ou seja, considerando o número total, apenas 22% evidenciaram que se trata de pesquisa.

Da análise das publicações emergiu uma discussão pertinente sobre a assistência estudantil: por vezes ela é tratada como um programa de assistência social que se executa no âmbito da educação, e por vezes é tratada como um programa da política educacional. Conforme uma das defesas da assistência estudantil enquanto inscrita na política educacional:

[...] situamos a Assistência Estudantil enquanto ação de cunho assistencial desenvolvida no âmbito da Política de Educação que tem como órgão gestor o Ministério da Educação, e que devido a sua não vinculação à Assistência Social enquanto política específica não segue e não se submete aos preceitos desta regulamentação. Deste modo, esta política deve ser estruturada tendo como norte as políticas educacionais, a atual conjuntura da educação brasileira e as necessidades reais dos estudantes. (NASCIMENTO; SANTOS, 2012, p. 3)

Dessa forma, entender a assistência estudantil no âmbito da política educacional permite compreender as especificidades do público-alvo atendido e as expressões que atravessam a política educacional. O PNAES é perpassado por diretrizes semelhantes à da política de assistência social, contudo possui legislação própria e é regulamentada desde 2010, através do Decreto 7.234. Entendê-la na sua especificidade é uma das medidas para garantia de sua efetivação e legitimidade nos espaços educacionais.

Além disso, há outras premissas fundamentais para a assistência estudantil que aqui é defendida: compreensão de que a educação abarca as mais diversas relações humanas e deve ser pensada como dimensão da vida social, perpassada por múltiplas expressões advindas do sistema capitalista; a compreensão da assistência estudantil enquanto direito do estudante e como requisito fundamental para que o acesso à educação não se esgote no ingresso; a compreensão de que a assistência estudantil requer o repasse de benefícios financeiros aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, contudo, é necessário que este estudante seja assistido e acompanhado pela equipe técnica para que outras intervenções possam ser realizadas; a compreensão de que a garantia do acesso aos direitos não se refiram estritamente ao âmbito educacional, ou seja, que o objetivo não seja apenas promover os meios para o estudante se diplomar, mas garantir meios para que o estudante possa acessar todos os seus direitos. Desta forma, e com base nestas premissas, a assistência estudantil pode se consolidar como um alicerce da política educacional.

Compreender a concepção de Assistência Estudantil e a apreensão do tema nas produções da área de Serviço Social possibilita a reflexão do macro para o micro, ou seja, do entendimento que se expressa nas produções sobre o tema realizadas por diferentes assistentes sociais, em diferentes espaços de atuação no âmbito da educação, para o entendimento

relacionado à experiência de estágio no Câmpus Porto Alegre e sobre o trabalho do Serviço Social neste espaço.

4.2 O SERVIÇO SOCIAL NO CÂMPUS PORTO ALEGRE DO IFRS

No Câmpus Porto Alegre do IFRS, local de realização do Estágio Curricular I, II e III, o Serviço Social se insere em outubro de 2010, com o ingresso via Concurso Público da primeira (e atual) Assistente Social. Seu ingresso ocorre com a tarefa de intervir no que se refere aos altos índices de evasão escolar que a instituição tinha até o momento. Neste momento não se executava a assistência estudantil no Câmpus Porto Alegre, portanto os estudantes não recebiam nenhuma espécie de auxílio financeiro que permitisse uma condição mais igualitária de realização dos estudos. Também não havia um setor específico para atuação da Assistente Social que havia ingressado, tampouco a definição das atribuições da mesma. A partir disso, passa a ser necessário o planejamento das intervenções realizadas pela Assistente Social, que atuava em uma equipe multiprofissional, entretanto assumiria atividades específicas de sua formação.

Conforme Prates (2003), o processo de trabalho no qual o serviço social está inserido é composto por uma atividade com uma finalidade, o objeto de trabalho e os meios de trabalho. Este entendimento possibilitou à profissional identificar as demandas do Serviço Social que foram apropriadas, tendo em vista a especificidade de sua atuação e também tendo reconhecida essa especificidade pela equipe técnica. A proposta de trabalho do Serviço Social, então, conforme o plano de trabalho da Assistente Social na instituição passa a se caracterizar pela intervenção junto aos estudantes, aos docentes, aos técnico-administrativos e aos trabalhadores terceirizados que apresentem dificuldades em suas relações com os processos de ensino, de aprendizagem e/ou de trabalho.

Contudo, pela crescente demanda relacionada aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e pelo fato de o Serviço Social contar com apenas uma profissional, as demandas relacionadas com os demais segmentos, que não os estudantes, são atendidas de maneira mais pontual, somente em casos específicos que chegam ao Serviço Social.

Tendo como norte o arcabouço legal da profissão, e observando o Serviço Social na instituição, destaca-se, entre outras atividades, a participação no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil do Câmpus Porto Alegre (atividade que subsidiou o Projeto de Intervenção e o presente Trabalho

de Conclusão de Curso), pois a atuação do serviço social neste programa ratifica o disposto no Código de Ética profissional, como um de seus princípios fundamentais: “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. (CFESS, 1993).

Além disso, a atuação do Serviço Social neste programa se particulariza, também, pelo instrumental utilizado na análise social, ou nos estudos socioeconômicos, que são “parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais” (MIOTO, 2009, p. 482), assim como constituem competências do Assistente Social, conforme a Lei de Regulamentação da Profissão.

Das atividades desempenhadas pelo Serviço Social, enquanto estagiária da instituição, pode-se observar que as competências e atribuições da profissão ficam em evidência, embora o trabalho do Serviço Social se realize em equipe multiprofissional e de forma interdisciplinar. Das competências destaca-se a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), Art. 4º:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, 1993)

Quanto ao artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), que dispõe sobre as atribuições privativas do Assistente Social, ressalta-se:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social. (BRASIL, 1993)

Não só pelas atribuições e competências acima mencionadas, mas também pela concepção de educação que deve orientar as ações profissionais, ressalta-se que a atuação do Serviço Social no referido espaço sócio-ocupacional se define de forma clara e balizada pelo Projeto Ético-Político. Esta concepção de educação deve estar “sintonizada ao projeto ético-político do serviço social e que, por isso, não pode ser tomada de forma abstrata, vazia de significado político e desvinculada da perspectiva da classe trabalhadora” (CFESS, 2012, p. 23). Assim, o Serviço Social requer a perspectiva de educação alicerçada no entendimento da conjuntura social, das expressões e desigualdades postas, e que se reproduzem e se fomentam pelo sistema de educação.

Neste cenário que o Serviço Social inaugura a realização de estágio curricular obrigatório, sendo a autora a 1ª estagiária deste campo. Se por um lado isso é algo inovador e motivador, também é desafiador, pelas possibilidades e limites que se apresentaram durante o processo de ensino e aprendizagem.

4.2.1 A experiência do estágio curricular obrigatório no Câmpus Porto Alegre do IFRS

A inserção da estudante neste campo de estágio, na área da educação, foi fundamental no processo de aprendizagem, tendo em vista que, ao observar, acompanhar e intervir junto ao público alvo foram desenvolvidas habilidades e competências necessárias à formação. Desta inserção surge o entendimento de que a assistência estudantil deve contemplar intervenções que busquem atender as demandas dos estudantes, e que não se expressem necessariamente como supridas pelo repasse de benefícios. Aqui, entende-se que é necessário o acompanhamento dos estudantes, pois facilita a interlocução e a mediação das necessidades dos mesmos. Além disso, entende-se a assistência estudantil enquanto um direito dos estudantes e como alicerce na garantia de uma educação que cumpra com a função social de promover autonomia e emancipação, ou seja, para além da formação de mão-de-obra requisitada pelo capital.

Conforme a Política de Estágio Supervisionado para o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o estágio supervisionado “[...] apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao (a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão” (LEWGOY et al, 2011, p.3). O Projeto de Intervenção realizado ao longo deste

processo de aprendizagem é o que subsidia a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Para tanto, um tema relacionado à intervenção realizada é delimitado e explorado, integrando os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos para balizar o técnico-operativo. O estágio, então, contribui para a qualificação do exercício profissional e aprimoramento intelectual, sendo elemento fundamental para a formação.

A partir da aproximação com os usuários do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil, do conhecimento da Política de Educação, do Plano Nacional de Assistência Estudantil e de leituras e experiências práticas, foi possível desenvolver o projeto de intervenção, intitulado “Oficinas de Capacitação no Câmpus Porto Alegre: conhecimento para além da sala de aula”, que buscou atender demandas dos estudantes, que se referem à atuação do Serviço Social na assistência estudantil e que balizaram-se pela concepção de assistência estudantil aqui defendida.

Entender a assistência estudantil como um dos mecanismos que objetiva garantir a permanência e conclusão dos cursos aos estudantes, requer que sua compreensão se estenda para além do repasse de recursos financeiros. As expressões da questão social apresentadas pelos usuários do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil são multifacetadas e materializam-se, neste caso, pelas desigualdades socioeconômicas que interferem no processo de aprendizagem e permanência na Instituição de Ensino e conclusão dos cursos. Contudo, as ações da assistência estudantil devem se voltar também ao acompanhamento dos estudantes, de suas dificuldades, demandas e potencialidades, bem como articular as demais políticas e programas, para que assim se garanta o direito primordial que é o acesso à própria educação.

A partir desta compreensão de Assistência Estudantil, adquirida com a experiência do Estágio Curricular em Serviço Social, foi possível elaborar e executar um Projeto de Intervenção que visava um atendimento para além do repasse de recursos financeiros, que ainda se configura como “carro-chefe” da assistência estudantil. Nesta lógica, a realização do Projeto de Intervenção teve etapas que foram constitutivas no processo de intervenção: a) planejamento, b) operacionalização, c) avaliação.

a) Planejamento:

O planejamento é fundamental para traçar as ações, objetivos, meios e estratégias para atender às demandas apresentadas. O planejamento deve abrir brechas para as mudanças que podem ocorrer. Tais mudanças não só podem, como, no âmbito do Serviço Social, devem

ocorrer, visto que ao atuar sobre e na realidade dos sujeitos, as transformações compõem a dinâmica de atuação (GANDIN,1995).

O Projeto de Intervenção realizado no Estágio Curricular em Serviço Social teve como objetivo geral “Oferecer aos estudantes beneficiários do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil do Câmpus Porto Alegre do IFRS, oficinas de capacitação que contemplem o processo de formação” (FORTES, 2012, p .4), e teve como objetivos específicos:

- a)Possibilitar aos estudantes e ao Programa de Benefícios conhecimento acerca das demandas levantadas;
- b)Subsidiar meios e estratégias para que os estudantes beneficiários do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil possam, através das oficinas, adquirir maior conhecimento e autonomia;
- c)Realizar encontros para discussão dos temas que permeiam a vida acadêmica e profissional dos alunos;
- d)Avaliar junto aos estudantes e organização os resultados obtidos com o Ciclo de Oficinas. (FORTES, 2012 p. 4)

A proposição do Projeto de Intervenção fundamentou-se no atendimento das demandas expostas pelos estudantes da instituição. Sua elaboração iniciou-se na disciplina de Laboratório de Projetos em Serviço Social¹², em consonância com a análise institucional que se realizava e com o Plano de Estágio Curricular I. Iniciava-se, então, o processo de reconhecimento das demandas de intervenção dos usuários e do campo de estágio curricular. Com orientações das supervisoras de campo e acadêmica, as demandas que se desvelaram foram traduzidas na intervenção proposta.

A proposta do Projeto de Intervenção não surgiu de uma demanda formulada e explícita, porém emergiu a partir da realidade apresentada pelos estudantes, e que, através da escuta, reflexão e problematização, traduziu-se como demanda de intervenção.

Ainda no planejamento do projeto de intervenção, e após a análise e reflexão sobre a demanda, definiu-se a instrumentalidade a ser utilizada. Segundo Sousa (2008), o primeiro passo é a definição de “para quê fazer” e posteriormente a isso, deve-se definir “como fazer”. Ou seja, os objetivos a que se pretende chegar com o Projeto de Intervenção devem anteceder a escolha de instrumentos e técnicas utilizadas. Entendeu-se que a utilização de oficinas seria uma estratégia de intervenção eficaz, pois atenderia a um conjunto de estudantes que apresentavam demandas semelhantes.

¹² Ministrada pela Prof.^a Dr.^a Alzira Maria Baptista Lewgoy.

Segundo Afonso (2006), a oficina é um trabalho que gira em torno de uma questão central e que prioriza o envolvimento dos sujeitos de forma integral. Conforme o planejamento, cada oficina teria um tema central a ser abordado, mas o objetivo a que tal intervenção se propunha era impulsionar a reflexão dos participantes, pois através de significados e vivências poderia se debater o assunto proposto.

A Intervenção junto aos estudantes através das oficinas orientou-se pelo método dialético-crítico, que se caracteriza pelo materialismo histórico, visto que a dialética fornece alicerces para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Assim entende-se que a apreensão e compreensão da realidade devem considerar as transformações que ocorrem (GIL,1999). Este dinamismo constante refletiu na intervenção, pois, para acompanhar e realizar as alterações pertinentes foi necessário um olhar atento a estas transformações que inferem na realidade do processo de trabalho proposto, problematizando-as e analisando as possibilidades e limites da intervenção realizada. Dessa forma, a intervenção se materializou após inúmeras aproximações com o espaço sócio-ocupacional, apreensão do contexto social e desvelamento da realidade posta, subsidiadas pelas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas.

b) Operacionalização

A operacionalização, ou execução propriamente dita do Projeto de Intervenção iniciou-se pela realização da Oficina de Elaboração de Currículos, em 07 de dezembro de 2012, realizada pela equipe do NAAc e contou com 10 participantes. Posterior a ela, ocorreu a Oficina de Motivação e Estratégias de Estudo, em 25 de março de 2013, realizada pela equipe do NAAc tendo como convidada a Técnica de Assuntos Educacionais do setor, e contou com 06 participantes. A terceira oficina foi a de Estratégias na Busca de Oportunidades de Emprego e Estágio, em 29 de abril de 2013, realizada pela equipe do NAAc e tendo como convidados dois docentes do Câmpus Porto Alegre: Professor Dr. Cássio Moreira e Professor João Santos Netto. Esta oficina ocorreu em dois turnos: com 25 participantes no turno da manhã e 40 participantes no turno da tarde. Por fim, realizou-se a Oficina de Apresentação Oral de Trabalhos, em 27 de Junho de 2013, realizada pela equipe do NAAc e tendo como convidada a Professora Gleide Penha de Oliveira, docente do Câmpus Porto Alegre. Esta oficina também se realizou em dois turnos, e contou com 08 participantes no turno da manhã e 19 no turno da tarde. Ressalta-se que as oficinas contaram com convidados que discutiam os

temas abordados, ou seja, que dominavam os assuntos, contudo a condução das oficinas e algumas das dinâmicas realizadas foi efetuada pela estagiária.

Os temas abordados foram demandados pelos estudantes, e não pela instituição, o que contribuiu na adesão aos grupos e no acompanhamento dos estudantes beneficiários da assistência estudantil, fomentando estratégias que, associadas ao repasse de recursos financeiros, estão de acordo e ampliam a proposta de assistência estudantil. Nessas oficinas, o objeto central não foi somente o tema do encontro, mas sim a possibilidade de o estudante estar em um espaço seu, onde há troca, reflexão e discussão.

Refletindo sobre o papel da educação, e sobre a ausência de espaços que promovam a reflexão dos estudantes para além do tecnicismo da formação profissional, as oficinas propostas, sob este novo viés observado, oportunizaram um espaço que busca romper com a realidade da educação posta atualmente, pois “a política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital [...]” (CFESS, 2012, p.20). Assim, a justificativa de garantir a permanência e a conclusão dos cursos através do suporte destas oficinas se ampliou para o oferecimento de um espaço privilegiado de protagonismo dos estudantes, abordando temas que passam despercebidos nos espaços convencionais de ensino, pois as oficinas não abordavam estritamente o tema “título” e sim, tornaram-se um espaço de troca, de conhecimento e de aproximação da equipe técnica com os estudantes. Esta aproximação com os estudantes mostra-se fundamental, visto que proporciona a qualificação dos atendimentos e intervenções. Os estudantes sentem-se conhecidos e reconhecidos como beneficiários da assistência estudantil, rompendo com a idéia de que sejam apenas nomes em uma lista de pagamento de bolsas. Ou seja, as oficinas realizadas tornaram-se um espaço de aproximação com os estudantes e de maior interlocução destes com o Serviço Social do Câmpus Porto Alegre.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil, conforme problematizado anteriormente, apresenta diretrizes norteadoras para os programas e projetos oferecidos aos estudantes de nível superior e técnico. Conforme os princípios do PNAES (2007), a instituição de ensino deve promover a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes, a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil. Dessa forma, na mesma direção destes princípios e dos objetivos propostos no projeto realizado, pode-se contribuir para a qualidade do processo de formação e na qualificação dos serviços prestados.

c) Avaliação

A Avaliação do Projeto de Intervenção consiste na análise ao longo de todo o processo de planejamento e execução, bem como até o presente momento, após a finalização e retomada para a construção desta monografia. Esta análise é dialética e compreende a totalidade do projeto e dos fatos que se apresentaram. Ao realizar a avaliação, alguns instrumentos e indicadores foram utilizados a fim de propor alterações e verificar se a intencionalidade da ação refletiu no resultado obtido.

Conforme o Projeto de Intervenção, indicadores de impacto e efetividade foram elaborados. A análise dos indicadores esteve presente ao longo de toda a elaboração e execução do projeto. Para a avaliação das oficinas realizadas foi elaborado um formulário, que ao fim de cada oficina foi distribuído aos participantes. O formulário tinha por objetivo verificar se: os meios de divulgação da oficina estavam sendo eficazes, a organização da oficina e adequação do local estava de acordo com o esperado pelos participantes, o assunto abordado era realmente interessante e se tinha ligação com a formação dos participantes. Além disso, esta avaliação trazia um campo para sugestões e observações, pois a partir do que fosse demandado poderia haver readaptação do projeto. Além dos indicadores presentes no Projeto de Intervenção e que evidenciam as mudanças ocorridas, e das fichas de avaliação utilizadas, o monitoramento e avaliação do projeto se deu, em grande parte, através das demandas que os estudantes colocavam, ora verbalmente, ora de forma velada. Este processo sistemático de análise dos elementos que se apresentavam foi fundamental para direcionar a intervenção de acordo com a realidade dos estudantes e da instituição.

Ao analisar a intervenção realizada, e se esta atingiu os objetivos propostos, verifica-se que este objetivo não só foi atingido, como foi superado frente às dificuldades que se apresentaram no andamento do projeto. Sendo a proposta inicial contribuir com a garantia da permanência e a conclusão dos cursos através do suporte destas oficinas, esta se ampliou ao oferecimento de um espaço inédito dentro da instituição, contribuindo não só para a permanência e a conclusão, um dos pressupostos da assistência estudantil, mas também contemplando o processo de ensino e oportunizando um espaço de protagonismo aos estudantes, condizente com o entendimento de assistência estudantil enquanto mecanismo que contribui para uma formação de qualidade, entendendo a intervenção profissional para além das demandas emergenciais e aparentes.

A partir da análise destes indicadores, associados aos fatores limitantes da execução do projeto, se pode constatar a efetividade e impacto da intervenção realizada. Sendo o

indicador de impacto a “Ampliação do número de estudantes capacitados quanto aos temas abordados nas oficinas, contribuindo para o processo de formação dos mesmos” (FORTES, 2012, p.7), verificou-se este aspecto não só quantitativamente, mas principalmente qualitativamente. Para tanto, é imprescindível refletir sobre a relevância dos temas abordados dentro de uma instituição de ensino. A forma como está posto o processo de ensino-aprendizagem dentro do Câmpus Porto Alegre é, como na educação técnica em âmbito geral, um espaço de formação aligeirada, objetivando a formação do trabalhador requisitado pelo sistema produtivo. Ou seja, não prioriza espaços de conhecimento extraclasse, ou para além da exigência da formação posta pelo capital. Dessa forma, os temas abordados puderam complementar o conhecimento dos estudantes e os encontros propiciaram a realização de acompanhamento dos estudantes e de intervenções, que só foram possíveis pela aproximação com os beneficiários.

Quanto aos indicadores de efetividade, estes sinalizaram, conforme o Projeto de Intervenção: 1) Ampliação do conhecimento dos estudantes acerca dos temas propostos nas oficinas; 2) Aumento da participação dos estudantes nas atividades propostas, visando ao protagonismo dos mesmos; 3) Expansão dos espaços de reflexão dos estudantes dentro da Instituição; e 4) Criação de espaços de avaliação das oficinas (FORTES, 2012).

Considerando, ainda, que os espaços propositivos de ampliação do conhecimento foram ofertados e que nestes espaços os estudantes se manifestaram, questionaram, contribuíram e refletiram acerca do tema, entende-se que se ampliou o conhecimento sobre os temas abordados. O interesse dos estudantes nas oficinas apresentou um crescimento considerável, não só quanto ao número de participantes, pois este pode se justificar através das metas de expansão do projeto, mas também pela qualidade na participação, que pode ser mensurada pelas falas dos estudantes e pela forma como as oficinas foram entendidas como um espaço de protagonismo.

O aumento da participação dos estudantes culminou na efetividade e necessidade de expansão dos espaços de reflexão dentro da instituição. Os estudantes demandaram que se realizassem mais atividades neste formato e que estas fossem incorporadas pela instituição. Embora sucintas, as avaliações demonstraram este interesse, como por exemplo:

[...] Mais oficinas iguais a essa, até mesmo como se comportar em uma entrevista de emprego, roupa adequada e etc.; [...] O tema abordado foi muito bom e importante, e acho que deveria haver mais palestras sobre o assunto e outros relacionados; [...] Gostaria que esta oficina fosse realizada na Escola GHC para todos os colegas. Achei muito interessante para nós que vamos fazer o TCC no próximo semestre; [...]

Gostaria de mais oficinas como essa. Seriam interessantes técnicas de memorização e apresentações (confeções) de trabalhos escritos; [...] Deve ter mais oficinas aqui no NAAc, as mesmas são muito boas.[...] (PARTICIPANTES DAS OFICINAS, 2013)

Estas verbalizações mostram um importante e positivo aspecto que o projeto suscitou, ou seja, a proposição por parte do público atendido de que as oficinas tivessem continuidade. Contudo, o processo de finalização do Projeto de Intervenção realizado pela estagiária teve uma falha. A realização das oficinas, conforme exposto, conseguiu atender as demandas dos estudantes e tornou-se uma requisição dos mesmos, porém não foi realizado um processo de sensibilização na instituição, ou de devolução dos resultados das oficinas para a direção do Câmpus Porto Alegre, a fim de garantir o prosseguimento deste tipo de intervenção. No setor onde se realizou o estágio, havia o entendimento e a demanda para prosseguir com o projeto, todavia o afastamento da estagiária culminou com o fim desta intervenção, embora outras estejam sendo atualmente realizadas no referido local.

Pensando no papel exercido enquanto estagiária na área da educação e futura profissional, a atuação do Assistente Social na Política de Educação não deve se esgotar na garantia do acesso e permanência, pois:

A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional (CFESS, 2012, p.38)

Nessa perspectiva, o Projeto de Intervenção, ancorado na direção do projeto ético-político e dos preceitos legais da profissão, possibilitou a criação de espaços que contribuíram com as variadas dimensões da vida social que se apresentam no contexto educacional. Ao entender os sujeitos em sua totalidade e ao abordar a educação de forma não estritamente tecnicista, colabora-se para a construção do ideal de educação, com vistas à autonomia e à emancipação, fomentando novas formas de pensar e agir, e não somente atendendo demandas originadas pelo capital (CFESS, 2012).

Nesse sentido, embora a educação esteja em um terreno contraditório, de disputas, de tensões e de inúmeras expressões de desigualdade (CFESS, 2012), a direção social da profissão e do projeto de intervenção realizado buscou proporcionar espaços de aproximação com os estudantes, de protagonismo dos estudantes, de fomento à autonomia e à emancipação que vão para além do atual modelo de educação. Assim, expressa-se o projeto ético-político,

que exprime em seu núcleo o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais e propõe a construção de uma nova ordem social.

A intervenção por meio das oficinas pôde proporcionar aos estudantes do Câmpus Porto Alegre um espaço para pensar a formação para além dos conteúdos acadêmicos, aligeirados e tecnicistas. Por outro lado, enquanto estagiária, a intervenção colaborou para pensar na assistência estudantil entendendo o sujeito em sua totalidade, e não somente nas expressões que se desdobram aparentes pela falta de recurso financeiro. Esta materialização se deu através da análise crítica e reflexiva da realidade, do embasamento teórico, e da direção social a qual o projeto se propôs a alcançar.

Resultou na aproximação da equipe e da estagiária com os estudantes, na escuta e apreensão de suas demandas e na possibilidade de, ao conhecê-los melhor, intervir em questões que antes estavam ocultas. A realização deste projeto e a posterior reflexão sobre o mesmo corroborou com a assistência estudantil ancorada na concepção de direito fundamental para que se efetive o acesso à educação. Esta assistência estudantil deve ter como finalidade propor condições concretas de permanência e não pode se esgotar pelo repasse de recursos sem as devidas ações de acompanhamento e de articulação com outras políticas, visando à garantia de acesso a direitos que não se resumam à formação para o trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim de uma etapa do percurso de formação acadêmica de bacharel em Serviço Social e entendendo que este processo de formação não se esgota na obtenção de um diploma, tecem-se algumas considerações sobre o estudo realizado, pois o processo de conhecimento muito ainda tende a maturar.

Ao evidenciar a política de educação nacional e ao entendê-la como dimensão da vida social, reafirma-se ser um campo que expressa as contradições da sociedade capitalista. Não se trata apenas de expressar tais contradições, mas a educação também é instrumento que ratifica o sistema do capital.

Destaca-se que a educação pode ter diferentes concepções: a pautada na formação da classe trabalhadora para a reprodução do capital e para a criação de consensos de acordo com esta lógica dominante, e a educação enquanto direito social, balizada por princípios de cidadania, liberdade, equidade e em consonância com o Projeto Ético-Político profissional, que busca a criação de uma nova ordem societária.

É fato que a educação por si só não pode romper com o atual sistema metabólico do capital, entretanto, pode ser mecanismo, ferramenta, instrumento propulsor de uma mudança de paradigmas que parecem estar enraizados no solo desta sociedade desigual.

A modalidade de ensino de educação profissional e tecnológica se encontra em um estágio ainda mais avançado daquilo que se denomina “educação para o capital”. Em uma instituição de ensino como esta em que foi realizado o estágio curricular obrigatório em Serviço Social, que subsidiou a elaboração da monografia apresentada. Na revisão bibliográfica acerca desta modalidade de educação, constatou-se que a mesma historicamente teve estreitos laços com a formação para o mercado, ou, novamente, “a educação para o capital”.

Na última década, passa a emergir o discurso de inclusão social das classes mais vulnerabilizadas na educação, entretanto, esta inclusão não pode se esgotar no acesso ao ensino, que vem sendo amplamente alargado. É com base nesta ampliação de acesso, e com a concepção de educação que condiz com nosso Projeto Ético - Político, que se defende a Assistência Estudantil enquanto um direito a ser garantido, com vistas a efetivar o direito maior que é a educação.

Portanto, aqui problematiza-se a assistência estudantil no que se refere a sua contribuição na permanência e na conclusão dos cursos aos estudantes, considerando que deve

contemplar aspectos que não se relacionem somente à concessão de bolsas e auxílios financeiros. Consta-se que há inúmeras limitações para que se garanta a assistência estudantil aqui defendida, e estas limitações referem-se principalmente ao grande número de estudantes assistidos versus o reduzido quadro de profissionais atuando na assistência estudantil, o que culmina no atendimento focalizado, restringindo o público usuário e realizando ações apresentadas como emergenciais. Também há a limitação que se relaciona ao próprio entendimento dos profissionais acerca da assistência estudantil, contudo esta parece ser uma conformação diante da realidade de trabalho em que se encontram.

Percebe-se que a realidade vivenciada no campo de estágio foi fundamental para realizar as discussões aqui propostas. Neste espaço, que se considera como privilegiado para apreensão da assistência estudantil, também ocorrem limitações que implicam no processo de trabalho da equipe e no atendimento das demandas dos estudantes. Todavia, a concepção e defesa de assistência estudantil é balizada pelo Projeto Ético-Político, logo, concebe a educação como uma forma de propiciar autonomia, liberdade, criação e emancipação dos sujeitos, e a assistência estudantil mostra-se como um dos meios para tanto.

Em contraponto a isso, ao compreender a concepção de Assistência Estudantil e a apreensão do tema nas produções da área de Serviço Social, através de pesquisa bibliográfica, verifica-se que o debate se inscreve muito ainda no campo da discussão sobre a prática profissional e sobre a operacionalização da assistência estudantil. As produções analisadas, tanto nos CBAS quanto nos ENPESS, constituem-se majoritariamente em relatos da prática profissional subsidiados por uma revisão teórica sobre o tema.

Percebe-se também que nas produções analisadas não há a definição sobre a assistência estudantil ser um Plano, Programa ou Política. Na própria legislação isso não se expressa claramente, pois o Ministério da Educação se refere a Plano, o decreto nº 7.234, que regulamenta a assistência estudantil, se refere a Programa, e em diversas publicações há o entendimento de ser uma Política já delineada. Também não há a definição sobre a assistência estudantil ser um programa da política educacional, pois há profissionais que estão produzindo conhecimento tratando-a como política de assistência social no âmbito da educação.

Diante da pesquisa realizada, das leituras efetuadas e da compreensão a partir da experiência do estágio curricular, entende-se que o Programa Nacional de Assistência Estudantil, após sua regulamentação pelo Decreto nº 7.234, conforma-se como um Plano, pois se caracteriza por ter mais amplitude e abrangência que um Programa, contudo, embora

regulamentado por decreto presidencial, ainda não se traduz eficazmente como Política de Estado.

O estudo realizado ainda possibilitou compreender a assistência estudantil como inscrita no âmbito da política educacional. Contudo, a falta de clareza detectada através deste estudo, sobre a política na qual se insere a assistência estudantil, é um dos fatores que incidem no entendimento que ela ainda não se traduz como Política. Assim, conceber a assistência estudantil na sua especificidade é um dos requisitos fundamentais para que futuramente esta se traduza enquanto uma Política de Assistência Estudantil.

Constata-se que a socialização sobre os processos de trabalho no campo da assistência estudantil configura-se por ser uma demanda dos próprios profissionais, que tendem a socializar este processo como forma de discutir e legitimar a inserção neste campo, que ainda é recente para os Assistentes Sociais. Entretanto, também foram identificadas produções que se inserem em uma tendência crítica, que concebem a assistência estudantil enquanto direito necessário à garantia do acesso concreto à educação e discutem os atravessamentos do contexto político, econômico e social que se colocam na política educacional.

Trazendo a discussão para uma análise mais específica da realização do estágio curricular e do Projeto de Intervenção, observa-se que foi possível realizar uma intervenção balizada pela concepção de assistência estudantil conforme princípios do PNAES e da direção assumida pela categoria, onde há o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Ressalta-se que o Projeto de Intervenção foi um pequeno fragmento de intervenção profissional, diante das inúmeras possibilidades de qualificar a assistência estudantil, contudo seu êxito maior se expressa por ter contemplado uma proposta de intervenção inédita dentro da instituição, onde se pode atender os estudantes beneficiários para além das demandas aparentes e emergenciais.

Diante dos estudos e reflexões aqui realizados, que ocorreram relacionando o contexto geral no qual se insere a política de educação e aprofundando no contexto específico de realização do estágio, constata-se que a política educacional pode ser espaço de efetivação e garantia de acesso a direitos e que a assistência estudantil é um dos alicerces para tanto. Ressalta-se que a política educacional que se está defendendo é a que se coloca como direito social e força propulsora de cidadania e dignidade humana e assim a assistência estudantil deve se orientar, entendendo as demandas para além das colocadas como emergências. A Assistência estudantil deve, então, além de garantir o acesso dos estudantes a recursos financeiros, englobar articulação com a rede e com outras políticas sociais, e realizar o

acompanhamento dos estudantes e o desenvolvimento de atividades que promovam uma educação para além do tecnicismo requisitado pelo sistema produtivo. Enfim, ao compreender a assistência estudantil pautada na concepção de direito, e como fundamental para concretizar a permanência na educação, ela se traduz como um alicerce da Política Educacional.

Nesse sentido, requer que o processo de trabalho seja qualificado e que a concepção de direito seja apropriada pelos profissionais que atuam na assistência estudantil e pelos espaços onde estão inseridos. Dessa forma, poder-se-á realizar uma assistência estudantil que apreenda e intervenha em demandas para além daquelas inscritas nas requisições da instituição e do sistema capitalista. É um desafio conduzir o processo de trabalho na assistência estudantil na contramão do projeto hegemônico instaurado e que se expressa fortemente na política educacional, contudo é esta a direção do nosso Projeto Ético-Político e para tanto devemos estar atentos, lutar, e nos desafiar cotidianamente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna M. C. A assistência estudantil no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís/MA, 2013.

AFONSO, Maria Lucia M. et al. (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo na saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. O campo da educação na formação profissional em serviço social. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Serviço social e educação**. 1ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012, p. 91-112.

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação** – bases para o trabalho profissional. 2 ed. Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 2012, v. 1, 182p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/agosto/2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007, v. 1.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. PNAES – **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Nº 39**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: 12 de dezembro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes: um novo modelo de educação profissional e tecnológica**. Concepção e diretrizes. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB. **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Decreto Nº 7.824**, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012.

_____. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: Casa Civil, 2010.

_____. **Lei Nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. In: Conselho Federal de Serviço Social. **Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/L8662.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014

CFESS (Org.). **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Grupo de Trabalho Nacional Serviço Social Na Educação: CRESS/ CFESS, 2012. (Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em 20 de Nov. 2014

FORTES, Vanessa Schmidt. **Projeto de intervenção**. Oficinas de capacitação no IFRS Câmpus Porto Alegre: conhecimento para além da sala de aula, 2012.

FORTES, Vanessa Schmidt. **Diário de Campo**. Curso de Serviço Social. Porto Alegre, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnologia. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. 1 ed. Brasília: INEP/MEC, v. 1, p. 25-54, 2006.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO. Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INÁCIO, Regina Stela Barco. **Educação profissional de jovens e adultos**: determinações escolares e sócio familiares para permanência e sucesso no PROEJA. 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – CÂMPUS PORTO ALEGRE. **Edital do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil - 2014**. Disponível em: <http://www.poa.ifrs.edu.br>. Acesso em 10 nov. 2014.

KOWALSKI, Aline Viero. **Garantia de direitos e relações familiares**: desafios e limites dos processos de trabalho dos assistentes sociais do judiciário. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista et al. **Política de estágio supervisionado para o curso de serviço social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2011

LIMA, Kátia. Regina Rodrigues; PRADO, Francisca Hayanne Sabói; NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de. Estado, políticas públicas, contrarreforma e acesso à educação superior no governo Lula da Silva. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2011, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011, v. 1.

LIMA, Kátia. **Contrarreforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **O uso das abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1994. (Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade — Nepi, n. 1).

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. Estudos socioeconômicos. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/UNB, 2009.

MORAES, Josiane; MARTINELLI, Maria. Lúcia. A importância da categoria mediação para o serviço social. In: **XX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**: desafíos del contexto latinoamericano al trabajo social, Córdoba/Argentina, 2012.

NASCIMENTO, Clara. Martins. Reflexões teóricas acerca do conceito de assistência no âmbito da Política de Educação. In: **XIII ENPESS**, Juiz de Fora/MG, 2012.

NASCIMENTO, Clara. Martins; SANTOS, Thiago Antônio Pereira dos. Política de educação superior: tendências da assistência estudantil na contrarreforma universitária. In: **XIII ENPESS**, Juiz de Fora/MG, 2012.

PEREIRA, Potyara. A. P. **Política social: temas & questões**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PINHEIRO, Aline F. D. Política de assistência estudantil: política educacional favorável aos discentes ou à mercê dos interesses particulares do Estado? In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís/MA, 2013.

PINTO, Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves. A assistência estudantil no contexto da reforma do ensino superior. In: **XIII ENPESS**, Juiz de Fora/MG, 2012.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Tese. (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2003.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p.119-132, 30 abr. 2008.

SOUSA JUNIOR, Justino de. Financiamento da educação, fundo público e economia na periferia do capitalismo mundializado. In: **Seminário de pesquisa trabalho e políticas públicas de educação – projeto sem disputa na sociedade brasileira**, Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, p. 181-197, 2007.

APÊNDICE A – Perfil do usuário do Programa de benefícios da Assistência Estudantil do Campus Porto Alegre (IFRS)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Porto Alegre

PERFIL DO USUÁRIO DO PROGRAMA DE BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CÂMPUS PORTO ALEGRE (IFRS)

1 JUSTIFICATIVA

O Núcleo de Acompanhamento Acadêmico (NAAc) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Câmpus Porto Alegre, realiza, desde o primeiro semestre de 2009, a aplicação de um questionário, denominado Perfil do Aluno Ingressante (PAI), com o intuito de conhecer a realidade dos estudantes ingressantes e planejar ações nos âmbitos da assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão.

Com os dados obtidos através de cinco aplicações do PAI, percebe-se que muitos estudantes são oriundos de famílias em condições socioeconômicas vulneráveis, uma vez que 26% pertencem a famílias com renda de até dois salários mínimos (salário mínimo de 2010 é R\$ 510,00), e 36% encontram-se em famílias com renda entre dois e cinco salários mínimos.

Verifica-se que esses percentuais incidem diretamente no percurso acadêmico de uma parcela significativa do segmento estudantil, pois muitos alunos acabam por evadir ou permanecem retidos no curso devido às diversas situações de vulnerabilidade social. Assim, o PAI colocou em destaque a urgência da estruturação da Política de Assistência Estudantil no campus, atendendo às necessidades locais apontadas pelo levantamento de dados.

Nesse sentido, é organizado a partir de março de 2011 o Programa de Benefícios da Assistência Estudantil no Câmpus Porto Alegre, que está apoiado no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, nos dados levantados pelo PAI, e nos indicadores apontados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esse programa, coordenado pelo NAAc, tem

por objetivo a garantia das condições de equidade na permanência e conclusão dos cursos ofertados pela instituição. Para tanto, o Programa de Benefícios propicia o acesso a benefícios que contemplam a proposta de minimizar as desigualdades sociais, pois estas impactam diretamente na permanência, aprendizagem e conclusão dos cursos.

Assim, conhecer o perfil dos usuários do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil do Câmpus Porto Alegre – IFRS pode tornar-se um instrumento importante para a gestão dos recursos despendidos para o mesmo, visto que desvela as demandas destes alunos e indica quais estratégias podem ser criadas e aplicadas, de acordo com o Decreto Presidencial nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer o perfil do aluno do Câmpus Porto Alegre – IFRS, usuário do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil, a fim de identificar quais as particularidades, vulnerabilidades e demandas dos mesmos.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a situação socioeconômica do aluno usuário do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil;
- Desvendar demandas emergentes dos alunos usuários do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil;
- Subsidiar a criação de novas estratégias que possam contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes.

3 METODOLOGIA

A metodologia, conforme indicado por Gandin (2000, p.54), refere-se à “descrição circunstanciada das atividades, incluindo todas as orientações necessárias para que o projeto aconteça dentro do espírito que o gerou”. Ela se refere ao caminho que será percorrido na busca de respostas para um determinado problema.

O presente estudo encontra-se fundamentado e será orientado pelo método dialético-crítico, que se caracteriza pelo materialismo histórico. Este método nos fornece alicerces para a interpretação dinâmica e totalizante da realidade, estabelecendo que os fatos sociais não podem ser entendidos isoladamente (GIL, 1999), no intuito de subsidiar uma investigação, apreensão e compreensão da realidade.

Nesse sentido, busca-se, através de uma abordagem quanti-qualitativa, conhecer o perfil do aluno do Campus Porto Alegre – IFRS, usuário do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil, a fim de identificar quais as particularidades, as vulnerabilidades e as demandas dos estudantes.

Assim, a fim de alcançar os objetivos propostos na pesquisa, optou-se pela técnica de pesquisa documental, que se refere à análise de “quaisquer materiais escritos que podem ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (PHILLIPS apud LÜDKE; ANDRÉ, 1980, p.38). Ela pode ser considerada uma técnica de abordagem de dados qualitativos, complementando informações ou desvelando aspectos novos. A técnica de pesquisa documental será realizada através de um roteiro que deverá orientar a coleta de informações.

O levantamento de dados se dará com base em material já existente, utilizado pelo NAAc como pré-requisito para a análise socioeconômica e concessão de benefícios do Programa de Benefícios da Assistência Estudantil. Essas informações somente serão utilizadas para fins de gestão da Política de Assistência Estudantil e na composição do relatório da pesquisa e publicações científicas. Todas as publicações e relatórios que vierem a ser realizados não permitirão a identificação dos sujeitos participantes de pesquisa, sendo resguardado o sigilo.

Concluída a fase de levantamento de dados, iniciar-se-á a etapa da pesquisa em que a análise e interpretação requerem um olhar atento, pois “(...) a realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela (...)” (MINAYO, 2003, p.15).

Assim, ao final da análise das informações obtidas no processo de sistematização da pesquisa espera-se poder contribuir para que a Política de Assistência Estudantil atenda às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, apontando novas alternativas que contribuam com a permanência e a diplomação dos estudantes.

4 CRONOGRAMA

ETAPAS	ABRIL 2012	MAIO 2012	JUNHO 2012	JULHO 2012	AGOSTO 2012
Elaboração do projeto	X	X			
Levantamento de dados			X		
Análise e interpretação de dados			X	X	
Elaboração de artigo com os resultados da pesquisa					X

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Dulce M. Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1998.

BRASIL. **Decreto 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. 10 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.